



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UASG 153019)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.003/2026

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23064.017888/2026-18)

OBJETO

Contratação de operadora de plano privado de saúde, regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com abrangência nacional, na modalidade de custo operacional, para atendimento aos servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), conforme definido em regulamento, estimados em 5.877 (cinco mil, oitocentos e setenta e sete) beneficiários, suas inclusões e exclusões, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 49.047.085,68 (quarenta e nove milhões, quarenta e sete mil, oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), sendo:

I - Plano Privado de Assistência à Saúde - Custo Operacional médio mensal de R\$ 3.792.055,43 x 12 meses = R\$ 45.504.665,16 / ano;

II - Taxa de Administração mensal de R\$ 295.201,71 x 12 meses = R\$ 3.542.420,52 / ano.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UASG 153019 - Reitoria), sediada na Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba/PR - CEP: 80230-901, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de operadora de plano privado de saúde, regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com abrangência nacional, na modalidade de custo operacional, para atendimento aos servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), conforme definido em regulamento, estimados em 5.877 (cinco mil, oitocentos e setenta e sete) beneficiários, suas inclusões e exclusões, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será processada por Lote Único (Grupo 1), composto por 02 (dois) itens. No entanto, a disputa de lances e a formulação da proposta comercial recairão exclusivamente sobre o Item 02.

1.3. O Item 01 possui valor fixo e invariável, devendo o licitante, obrigatoriamente, adotar o preço estimado pela Administração. É vedada a apresentação de lances ou propostas com valores distintos para este item, sob pena de

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 Em itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrite como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

- 4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 valor unitário e mensal/anual.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos

no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [\[A20\]](#)

6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 empresas brasileiras;

6.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6.2 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.11.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao

presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 7 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 7 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 7 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 7 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do e-mail: **demimp@utfpr.edu.br**.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.1.2. Apêndice A do Anexo I - Ficha de Avaliação do IMR;
 - 13.11.1.3. Apêndice B - Rede Mínima de Atendimento;
 - 13.11.1.4. Apêndice C - Dados do Plano de Saúde da UTFPR;
 - 13.11.1.5. Apêndice D - Arquivos (Cadastro de Beneficiários / Faturamento);
 - 13.11.1.6. Apêndice E - Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;
 - 13.11.2 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
 - 13.11.3. Anexo IV - Modelo de Proposta de Preços.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA BARROS, PREGOEIRO(A)**, em (at) 24/04/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5664681** e o código CRC (and the CRC code) **1099E8E0**.

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CONTRATAÇÃO DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de operadora de plano privado de saúde, regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com abrangência nacional, na modalidade de custo operacional, para atendimento aos servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), conforme definido em regulamento, estimados em 5.877 (cinco mil, oitocentos e setenta e sete) beneficiários, suas inclusões e exclusões, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Quadro 1 - Quantitativos e valores

Grupo	Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total
1	01	Plano Privado de Assistência à Saúde (somente o Custo Operacional)	Mês	12	R\$ 3.792.055,43	R\$ 45.504.665,19 (anual) ¹
	02	Taxa de Administração	Beneficiário	5.877	R\$ 50,23	R\$ 295.201,71 (mensal)

¹ Calculado com base na média do valor de faturas pagas dos últimos 4 meses de 2025.

1.2 A quantidade estimada de beneficiários é de 5.877 (cinco mil, oitocentos e setenta e sete), sendo 2.920 (dois mil e novecentos e vinte) titulares e 2.957 (dois mil e novecentos e cinquenta e sete) dependentes, conforme detalhamento constante no Apêndice C deste Termo de Referência.

1.2.1 Os valores unitários e globais referentes ao item 01 do Grupo 1 deverão observar, obrigatoriamente, o preço médio estimado estabelecido no Termo de Referência, sendo vedada qualquer alteração ou lances com valores distintos.

1.2.1.1 A inobservância do disposto no item anterior, mediante a inserção de valores divergentes dos parâmetros fixados, implicará na desclassificação imediata da proposta.

1.2.2 A variação do custo operacional dependerá do volume e tipo de serviços utilizados pelos beneficiários, enquanto a taxa de administração será calculada com base na quantidade referencial de beneficiários ativos no plano no mês de faturamento.

1.3 O objeto caracteriza-se como serviço comum, de prestação continuada, abrangendo atendimentos médico-hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, exames complementares, serviços auxiliares de diagnóstico, terapias e internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, inclusive de maior complexidade, internações em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e utilização de leitos especiais, em rede credenciada nos municípios onde a UTFPR possui campi e outros especificados, com cobertura integral conforme rol da ANS, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 Trata-se de serviço continuado, dada a natureza permanente da assistência médica cuja interrupção comprometeria a integridade dos beneficiários. A vantajosidade da manutenção da continuidade reside na preservação das carências, no controle inflacionário dos custos, na continuidade assistencial e no risco à saúde. O enquadramento como serviço de apoio administrativo observa o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017 e na Instrução Normativa PROPLAD/UTFPR nº 23/2025 (Art. 3º, II, 'q').

Regime de execução

1.5 A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto no artigo 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1 A CONTRATADA atuará como administradora da rede assistencial, sem assumir risco atuarial, caracterizando contrato de gestão assistencial sob regime de custo operacional.

Prazo de vigência

1.6 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite máximo de 24 (doze e vinte) meses, em conformidade com os

Beneficiários

1.7 São beneficiários aqueles definidos em regulamento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), incluídos a qualquer tempo, podendo o número de beneficiários ser alterado ao longo da vigência contratual em função de inclusões e exclusões, conforme regulamento próprio da UTFPR.

Abrangência geográfica

1.8 O plano deverá garantir atendimento em todo o território nacional, especialmente nos municípios onde a UTFPR possui campi (Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo), assim como nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Umuarama, durante toda a vigência contratual, conforme especificações deste Termo.

Fundamentação legal

1.9 A contratação fundamenta-se na:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regula as licitações e contratos administrativos;
- b) Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde;
- c) Resolução Normativa ANS nº 566, de 2 de junho de 2023, que consolida as normas sobre assistência suplementar à saúde;
- d) Resolução Normativa ANS nº 259, de 17 de junho de 2011, que dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde;
- e) Instrução Normativa GABIN/MGI nº 496, de 21 de novembro de 2025, que estabelece orientações aos órgãos e às entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC – sobre a assistência suplementar à saúde;
- f) Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017; e
- g) Instrução Normativa PROPLAD/UTFPR nº 23/2025 (Art. 3º, II, "q").

Forma de seleção e modalidade licitatória

1.10 A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de Menor Preço, sob o regime de execução de Empreitada por Preço Unitário, em conformidade com o Art. 28, inciso I, Art. 33, inciso I, e Art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação

1.11 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.12 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

1.13 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Obrigações gerais

1.14 A CONTRATADA deverá prestar os serviços de forma contínua e ininterrupta, garantindo o atendimento conforme as especificações técnicas e normativas da ANS.

1.15 A CONTRATANTE exercerá a gestão e fiscalização do contrato, designando gestor e equipe responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto nos artigos 116 e 117 da Lei nº 14.133/2021.

Condições de atendimento

1.16 A CONTRATADA deverá garantir livre escolha dos beneficiários quanto aos serviços médicos, atendimento em unidades próprias ou credenciadas, emissão de cartão de identificação personalizado, cobertura integral conforme rol da ANS, atendimento em urgência e emergência, e demais condições técnicas e operacionais especificadas neste Termo de Referência.

Prazos para início da execução

1.17 A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período a critério da CONTRATANTE mediante solicitação e justificativa detalhada da CONTRATADA.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As especificações e requisitos desta contratação foram definidas considerando:

- a) que a contratação desta modalidade de plano de saúde para os servidores da UTFPR data de 1994, tendo completado, portanto, 32 anos de existência;
- b) que a UTFPR possui campus em 13 municípios em todas as regiões do Paraná e demanda atendimento de seus beneficiários preferencialmente nestas localidades;
- c) a necessidade de melhoria evolutiva dos serviços contratados;
- d) os levantamentos e estudos realizados pela equipe de planejamento da contratação ao longo de 8 meses de trabalho, expressos no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência;
- e) os estudos realizados por comissão designada no âmbito do Conselho Universitário da UTFPR para buscar melhorias operacionais do plano e em seu regulamento;
- f) os estudos e análises do Comitê Gestor do Plano de Saúde da UTFPR para buscar melhorias operacionais do plano e em seu regulamento;
- g) o regulamento e demais normativos internos do plano de saúde da UTFPR e as normas legais pertinentes;
- h) o histórico de uso dos beneficiários do plano de saúde dos últimos meses;
- i) os dados e estatísticas sobre os planos de saúde e de profissionais de saúde obtidos nas instituições competentes e conselhos de classe, inclusive para definir os quantitativos mínimos na composição da rede obrigatória;
- j) o histórico de custo operacional do plano da UTFPR, com base comum na Terminologia Unificada da Saúde Suplementar - TUSS, bem como, subsidiariamente, em tabelas referenciais de custos de itens de saúde, tais como CBHPM, SIMPRO, BRASÍNDICE, CMED, entre outras;

4.2 São requisitos obrigatórios do plano de saúde ora contratado:

4.2.1 Estar devidamente regulamentado e registrado pela ANS.

4.2.2 Ter abrangência nacional para atendimento aos beneficiários.

Rede Credenciada: Abrangência Geográfica e Composição

4.2.3 A CONTRATADA deverá dispor de rede credenciada para atendimento médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapias e internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, inclusive aquelas de maior complexidade, incluindo internações em Unidade de Terapia Intensiva e utilização de leitos especiais, bem como serviço complementar de diagnóstico, serviço de Assistência Domiciliar (home care), tratamento de rotina e tratamento especializado, nas seguintes localidades:

- a) Nos municípios paranaenses: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Maringá, Medianeira, Paranaguá, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena, Toledo e Umuarama;
- b) Nas capitais de todos os estados brasileiros e no distrito federal;
- c) Em todos os municípios brasileiros com população superior a 100 mil habitantes;
- d) Em demais regiões de abrangência indicadas pela CONTRATANTE.

4.2.3.1. A rede deve contemplar, no mínimo, os estabelecimentos e quantitativos por especialidade especificados no Apêndice B.

4.2.3.2 Deverá oferecer serviços por meio de centros médicos, hospitais, consultórios especializados próprios ou rede credenciada composta por parceiros, conveniados, referenciados, cooperados e/ou próprios da CONTRATADA, sem limite para consultas, exames complementares, internações em apartamentos privativos e/ ou semi-privativos, Unidade de Terapia Intensiva (UTI) ou semi-intensiva, e uso de aparelhagem especial quando necessário.

4.2.3.3 Não será aceita a modalidade de telemedicina para fins de composição da rede credenciada mínima obrigatória de forma exclusiva.

Rede Credenciada: Qualificação e Critérios de Aceitação

4.2.4 Todos os profissionais devem possuir registro ativo nos respectivos conselhos de classe, com habilitação e qualificação compatíveis, reputação ilibada e idoneidade reconhecida. Ademais, todos os estabelecimentos de saúde da rede credenciada devem manter-se devidamente registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

(CNES) e possuir Licença Sanitária e Alvará de Funcionamento vigentes, expedidos pelos órgãos competentes.

4.2.4.1 Esgotadas as alternativas para compor a rede mínima nos municípios indicados na alínea “a” do subitem 4.2.3, serão aceitos complementarmente, prestadores em regiões adjacentes (microrregião).

4.2.4.1.1 Para tal excepcionalidade, a CONTRATADA deverá comprovar formalmente a recusa de credenciamento dos prestadores estabelecidos no município sede do campus.

Rede Credenciada: Habilitação

4.2.5 A comprovação da disponibilidade da rede deve ocorrer no ato da habilitação e sempre que requerido pela CONTRATANTE.

Rede Credenciada: Manutenção e Expansão

4.2.6 A CONTRATADA deve manter a suficiência da rede, substituindo profissionais ou estabelecimentos descredenciados por outros de qualidade equivalente ou superior.

4.2.6.1 Qualquer descredenciamento deve ser comunicado à CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4.2.7 Nas hipóteses de inexistência ou de descredenciamento de prestadores na localidade demandada, a CONTRATADA deverá empreender esforços para nova contratação de entidade ou profissional, por iniciativa própria ou a pedido da CONTRATANTE.

4.2.7.1 O novo credenciamento deverá ser formalizado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a notificação da CONTRATANTE.

4.2.8 No decorrer do contrato, a rede poderá ser ampliada por iniciativa da CONTRATADA ou por solicitação da CONTRATANTE, a qualquer tempo.

Rede Credenciada: Condições de atendimento

4.2.9 Atender, sem limitação, os servidores ativos, aposentados, dependentes legais e pensionistas que aderiram ao plano, com possibilidade de inclusão e exclusão a qualquer tempo, conforme regulamento próprio da UTFPR.

4.2.10 Assegurar a livre escolha do beneficiário quanto aos serviços médicos, incluindo consultas, hospitalizações e atendimentos ambulatoriais.

4.2.11 Prestar atendimento contínuo independentemente da comprovação de pagamento em qualquer localidade do território nacional, especialmente em casos de urgência e emergência.

4.2.12 Abranger todas as ações necessárias à prevenção, recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, incluindo cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, consultas médicas, cirurgias, assistência pré-natal, parto e atendimento ao recém-nascido, pronto-socorro, hospitalização, serviços complementares de diagnóstico, assistência domiciliar (home care), tratamentos de rotina e especializados.

4.2.13 Garantir alimentação ao paciente internado, mesmo quando o médico assistente indique alimentação especial para administração tanto por via oral, parenteral e enteral, sem que isso implique em ônus adicional ao beneficiário.

4.2.14 Garantir o direito a acompanhante do paciente internado, com fornecimento de alimentação, quando o paciente tiver idade menor que 18 (dezoito) anos ou maior do que 60 (sessenta) anos, ou for gestante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, ou pessoa com deficiência, conforme normas da ANS e legislação vigente, sem que isso implique em ônus adicional ao beneficiário.

4.2.15 Responsabilizar-se integralmente por procedimentos realizados com o beneficiário, incluindo diárias hospitalares, honorários médicos, serviços de enfermagem, medicamentos, materiais descartáveis e curativos durante internações, cirurgias, partos e demais procedimentos médico-hospitalares, sem impor limites de utilização, quantidade, prazo ou custo para procedimentos, materiais e medicamentos prescritos pelo médico assistente e previstos no rol da ANS.

4.2.16 Disponibilizar Atenção Domiciliar (Home Care), observando-se primariamente as regras da ANS e a necessidade de autorização da CONTRATANTE.

4.2.16.1 A CONTRATADA deverá realizar a análise primária, técnica e clínica de todos os pedidos de Atenção Domiciliar (Home Care), precedente a qualquer envio de orçamento ou pedido de autorização à CONTRATANTE.

4.2.16.2 A CONTRATADA obriga-se a aplicar rigorosamente os critérios técnicos de elegibilidade baseados nas tabelas da NEAD (Núcleo de Atendimento Domiciliar) ou ABEMID (Associação Brasileira de Empresas de Medicina Domiciliar).

4.2.16.3 Casos que não possuam mínima elegibilidade clínica para internação domiciliar substitutiva à internação hospitalar deverão ser indeferidos sumariamente pela CONTRATADA, fundamentando-se na ausência de indicação técnica.

4.2.16.4 A CONTRATADA não deverá encaminhar para autorização da CONTRATANTE pedidos que possuam caráter meramente social (ausência de cuidadores familiares) ou de conveniência, que não configurem substituição de leito hospitalar.

4.2.16.5 Somente após o parecer favorável da Auditoria Médica da CONTRATADA, confirmando a elegibilidade técnica do paciente, o processo será encaminhado à CONTRATANTE para autorização administrativa e financeira.

4.2.16.5.1 O encaminhamento deve ser acompanhado do laudo de auditoria, da pontuação na escala de elegibilidade e do orçamento detalhado dos serviços (PAD - Plano de Atenção Domiciliar).

4.2.16.5.2 A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar o início do serviço ou solicitar segunda opinião médica caso divirja da elegibilidade técnica apresentada pela CONTRATADA.

4.2.16.6 Caso a CONTRATADA autorize a prestação de serviços de Home Care sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, ou em desacordo com os critérios técnicos de elegibilidade aqui estabelecidos, os custos decorrentes serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo vedado o seu repasse à fatura de Custo Operacional.

4.2.16.7 A CONTRATADA deverá informar os pedidos de Home Care indeferidos na análise primária, para que a CONTRATANTE tenha ciência da gestão de rede e possa se defender em eventuais questionamentos de beneficiários.

4.2.17 Atender o recém-nascido até o trigésimo dia após o nascimento, mesmo que ainda não incluído no contrato do titular, sendo obrigatória a inclusão do recém-nascido pela CONTRATADA em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação.

4.2.17.1 A continuidade da cobertura de atendimento após o trigésimo dia do nascimento somente será devida quando o recém-nascido tiver sido incluído no contrato do titular.

4.2.17.2 Tal inclusão somente será aceita se realizada no período de até 30 (trinta) dias após o nascimento.

4.2.18 Manter atualizado e disponibilizar aos titulares e dependentes orientações, manuais e consultas à rede referenciada, contendo relação completa e atualizada de profissionais, hospitais, endereços, telefones e especialidades.

4.2.19 Manter posto de atendimento presencial na sede da CONTRATANTE, em Curitiba, funcionando em dias úteis no horário comercial, com empregado e infraestrutura tecnológica (microcomputador com impressora, telefone fixo, rede de Internet, etc), sem custos para a CONTRATANTE, para atendimento aos beneficiários e dependentes, incluindo movimentações cadastrais, prévias autorizações médicas e hospitalares, entrega e emissão de documentação.

4.2.20 Assegurar que as prévias autorizações médicas ou hospitalares possam ser realizadas em qualquer estabelecimento da CONTRATADA, conforme normas da ANS.

4.2.21 Fornecer, sem ônus, cartões ou documento de identificação como beneficiário do plano, no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos após assinatura do contrato e, posteriormente, 30 (trinta) dias antes do vencimento, podendo ser na forma digital para todos os beneficiários.

4.2.22 Disponibilizar cartão físico ou segunda via sem custo adicional se requerido pelo beneficiário ou pela CONTRATANTE.

4.2.23 Garantir que somente a CONTRATANTE tenha autonomia para solicitar à CONTRATADA movimentações de inclusão e exclusão dos usuários do plano, aceitando como beneficiários todas as pessoas que preencham os requisitos do regulamento próprio da UTFPR.

4.2.24 Assegurar atendimento para eventos de saúde pré-existent antes do início da vigência do contrato, se assim o regulamento e normas complementares do plano de saúde da UTFPR estabelecerem.

4.2.25 Praticar os prazos de carência conforme regulamento e normas complementares do plano de saúde da UTFPR estabelecerem.

4.2.26 Dispor de sistema eletrônico de gerenciamento que permita o envio mensal de dados para gestão dos serviços prestados e dos beneficiários que utilizaram o plano, possibilitando acesso a relatórios demonstrativos detalhados, inclusive por dependentes.

Preços Referenciais

4.2.27 Aplicar as condições comerciais mais favoráveis e de menores custos para todos os itens faturados, independentemente do referencial de preços adotados, conforme se explicita a seguir:

I) A base de equilíbrio econômico da contratação corresponde ao histórico de custos assistenciais da CONTRATANTE acumulado nos últimos 24 meses, de modo que qualquer forma de faturamento adotada pela CONTRATADA não poderá implicar elevação do custo unitário médio dos itens acima da variação do IPCA dos últimos 12 meses.

1. Qualquer evento que apresente uma variação de custo unitário superior à média histórica dos últimos 24 meses, corrigida pelo IPCA, poderá ser objeto de glosa administrativa automática via auditoria prévia, aplicando-se, no que couber, o estabelecido no subitem 4.2.30.
2. À CONTRATADA será oportunizado apresentar 3 orçamentos do procedimento glosado a fim de comprovar que o valor praticado é compatível com valores de mercado, sendo vedado apresentar orçamentos obtidos em estabelecimentos próprios.
3. O valor a ser cobrado equivale ao menor valor dentre os orçamentos apresentados.
4. Eventuais custos que superem a inflação dos últimos 12 meses deverão ser absorvidos pela CONTRATADA ou negociados com a CONTRATANTE mediante pedido de reequilíbrio por fato príncipe, caso imprevisível, fortuito ou de força maior, todos devidamente justificados e comprovados.
5. A implementação de novas metodologias de cobrança que impliquem em impacto financeiro imediato e não planejado no fluxo de caixa da CONTRATANTE é vedada.

II) Caso haja adoção ou alteração na valoração de portes e unidades de custo, deverá ser aplicado automática e simultaneamente um Deflator de Ajuste (Desconto Linear) sobre os novos valores, para assegurar que o resultado financeiro final do evento permaneça equivalente ao valor anteriormente praticado, corrigido exclusivamente pelo índice de inflação pactuado.

III) A aplicação de preços competitivos estende-se a consultas, exames, terapias, honorários (cirurgias, anestésias e auxiliares), hotelaria e insumos, sempre em estrita observância às normas da ANS, à Terminologia TUSS e às

melhores práticas de gestão de saúde.

IV) A CONTRATADA tem o dever de eficiência na gestão financeira do Custo Operacional, assegurando a adoção do menor valor disponível no mercado para cada evento faturado, sendo vedado o repasse de custos superiores aos efetivamente negociados com a rede prestadora.

4.2.27.1 Por EVENTO deve ser compreendido qualquer lançamento na fatura de cobrança, correspondente a um código TUSS ou equivalente, ou ainda, o lançamento de um pacote em um único código.

4.2.27.2 É da CONTRATADA a responsabilidade de demonstrar à CONTRATANTE que a atualização dos preços não gerou incremento real de custos acima do teto inflacionário.

4.2.27.3 A CONTRATANTE poderá exigir, quando entender necessário, a apresentação de todas as contas originais que contiverem valores de exames, consultas, terapias, procedimentos clínicos, cirurgias, anestésias, auxiliares, hotelaria hospitalar e pacotes, a fim de assegurar o pagamento pelo valor conforme contrato e compatível com o referencial aplicável.

4.2.27.4 Quando acordado entre a CONTRATADA e a prestadora final dos serviços, exames, consultas, terapias, procedimentos clínicos, cirurgias, anestésias, auxiliares, hotelaria hospitalar, etc, poderão ser faturados sob a forma de PACOTE, desde que:

1. seja mais vantajoso para a CONTRATANTE;
2. a redução de custos seja integralmente repassada à CONTRATANTE;
3. a CONTRATADA seja capaz de individualizar os itens componentes no pacote, aplicando-se o previsto no subitem 4.2.27.3.

4.2.27.5 Caso novos itens venham a ser acrescidos ao rol da ANS, bem como haja a implantação de novos serviços pela CONTRATADA ou ocorram mudanças de protocolo que afetem para maior os custos existentes, a respectiva precificação deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, sem prejuízo a autorizações que vierem a ser solicitadas no período, observado o previsto no caput deste subitem.

Reembolsos

4.2.28 Em caso de descredenciamento de profissional ou estabelecimento durante o curso de tratamento, a CONTRATADA obriga-se a garantir a continuidade da assistência com o mesmo profissional, quando requerido pelo beneficiário, via reembolso ou acordo direto, até a alta médica ou estabilização clínica do paciente.

4.2.28.1 Caso o novo prestador indicado pela rede possua custo assistencial superior ao anteriormente contratado, ou caso a manutenção do profissional descredenciado exija pagamento de honorários superiores ao praticado anteriormente, a diferença de custo será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não sendo repassada ao Custo Operacional da CONTRATANTE.

4.2.29 Caberá à CONTRATADA observar, quanto aos reembolsos, as normas da CONTRATANTE e os prazos da RN 566/ANS (ou norma superveniente), especialmente em situações de Urgência e Emergência.

4.2.29.1 A manutenção de rede credenciada dimensionada e disponível é considerada obrigação de resultado da CONTRATADA, de forma que, caso o BENEFICIÁRIO não encontre profissional disponível na rede local, a CONTRATADA deverá prover o atendimento seguindo a seguinte ordem de prioridade:

- a) Credenciamento de prestador no mesmo município dentro do prazo legal;
- b) Indicação de prestador credenciado em municípios limítrofes;
- c) Garantia de atendimento em município não limítrofe, com transporte gratuito ao paciente por conta da CONTRATADA, não podendo ser incorporado ao custo operacional da CONTRATANTE;
- d) Autorização para atendimento particular caso as opções anteriores restem infrutíferas.

4.2.29.2 Nos casos de reembolso integral (100%) motivado por indisponibilidade ou falha na indicação de rede, o valor a ser repassado pela CONTRATADA à fatura de Custo Operacional da CONTRATANTE ficará estritamente limitado ao Valor Médio Praticado (VMP) na rede credenciada para aquele procedimento.

4.2.29.2.1 A diferença entre o valor efetivamente pago ao prestador particular e o VMP da rede será de responsabilidade integral da CONTRATADA, a título de reparação por falha na gestão da rede.

4.2.29.2.2 Para que o repasse do valor integral (100%) seja autorizado, a CONTRATADA deverá anexar ao processo de faturamento a prova cabal de que ofereceu ao beneficiário, tempestivamente, ao menos 01 (um) prestador apto. A ausência desta prova presume a falha e aciona o limitador previsto neste item.

4.2.29.3 Caso a falha na indicação de rede venha a gerar condenação judicial por danos morais, multas diárias (astreintes) ou honorários sucumbenciais, tais valores não poderão ser repassados ao Custo Operacional da CONTRATANTE, devendo ser suportados integralmente pela CONTRATADA.

4.2.29.4 Sem prejuízo do limite de repasse definido no item 4.2.29.2, sempre que a CONTRATADA falhar na indicação de rede e o reembolso for acionado, a CONTRATANTE aplicará glosa de 20% do valor reembolsado, conforme o IMR (Índice de Medição de Resultado), sobre o valor total do evento e acumulando a cada incidência de falta de profissional para a mesma localidade e especialidade.

4.2.29.4.1 O valor da glosa será abatido da fatura da Taxa de Administração devida ou, na ausência desta, descontado do faturamento do custo operacional subsequente.

Auditoria e Fiscalização

4.2.30 Caberá, ainda, à CONTRATADA:

4.2.30.1 Enviar junto com a respectiva fatura do mês a documentação comprobatória de valores faturados:

a) individualmente, por EVENTO, acima de R\$ 5.000,00;

b) por BENEFICIÁRIO quando o valor mensal ultrapassar R\$ 10.000,00; e

c) por pacote quando o valor estiver entre R\$ 15.000,00 e R\$ 29.999,99.

4.2.30.2 Enviar para aprovação da CONTRATANTE as propostas com todos os componentes discriminados para EVENTO ou para PACOTE que ultrapasse R\$ 30.000,00, salvo aqueles não-eletivos gerados em atendimentos de urgência e emergência.

4.2.30.3 Justificar, com a apresentação da documentação comprobatória, o faturamento de qualquer EVENTO realizado a mais de 90 (noventa) dias.

4.2.30.4 Faturar as terapias/ tratamentos continuados/ de longo prazo por mês de competência.

4.2.30.5 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela UTFPR, cujas reclamações se obriga a manifestar e atender prontamente.

4.2.30.5.1 As dúvidas decorrentes da cobrança de serviços prestados deverão ser esclarecidas pela CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação ou contestação formal efetuada pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da documentação ou esclarecimentos pertinentes.

4.2.30.5.2 Caso os esclarecimentos apresentados não sejam suficientes para sanar as dúvidas, ou se forem constatadas inconsistências nos valores cobrados, a CONTRATANTE poderá proceder à glosa dos itens questionados, informando o motivo à CONTRATADA.

4.2.30.5.3 Os valores glosados poderão constar em nota fiscal de refatura de glosa, a ser emitida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da ciência da glosa pela CONTRATADA. Não serão aceitas notas fiscais de refatura de glosa apresentadas após o prazo mencionado, nem aquelas reapresentadas sem a devida correção dos motivos que deram origem à glosa.

4.2.30.5.4 A CONTRATADA somente poderá cobrar os valores que apresentarem inconsistências após sanados os motivos da Glosa ou Devolução da Nota Fiscal.

4.2.30.5.5 O ônus da prova quanto à efetiva realização de serviços objetos de controvérsia, que não estejam documentados será da CONTRATADA.

Relatórios e dados

4.2.31 Em relação a dados, caberá à CONTRATADA encaminhar à UTFPR, em meio eletrônico:

4.2.31.1 Relatório de beneficiários contendo os dados dos beneficiários ativos e excluídos no mês de referência, com periodicidade mensal, até o dia 5 (cinco) de cada mês, no formato que especifica o item A do Apêndice D;

4.2.31.2 Relatório de faturamento contendo os dados dos beneficiários ativos e excluídos no mês de referência, com periodicidade mensal, até o dia 5 (cinco) de cada mês, no formato que especifica o item B do Apêndice D;

4.2.31.2.1 As referências a prestador executante se referem ao executor final do serviço (médico, clínica, hospital, etc) e não da CONTRATADA, singular, agregadora ou qualquer intermediário que não seja o executante final dos serviços.

4.2.31.2.2 Todos os campos dos arquivos de dados devem ter as informações preenchidas.

4.2.31.2.3 As despesas realizadas que venham a gerar reembolso à CONTRATANTE deverão ser claramente identificadas nos relatórios fornecidos.

4.2.31.3 Relatório de Utilização de Rede Credenciada com periodicidade trimestral contendo, pelo menos, os seguintes dados e, sempre que couber, estabelecendo comparativo com os dados de outros planos semelhantes administrados pela CONTRATADA:

I - Perfil dos beneficiários titulares e dependentes (quantidade, gênero, faixa etária, proporção de dependentes em relação aos titulares, entre outros);

II - Despesa per capita geral e por faixa etária no padrão da ANS e sexo;

III - Percentual de Sinistralidade da Carteira;

IV - Despesas agrupadas por serviço prestado: consultas, exames, procedimentos clínicos, procedimentos ambulatoriais, internamentos, procedimentos cirúrgicos.

V - Indicadores sobre a utilização constando:

a) Média da quantidade de consultas por beneficiário por ano;

b) Proporção entre consultas eletivas e em pronto socorro;

c) Valor médio da consulta;

d) Percentual de frequência das 10 maiores especialidades em relação ao total de consultas (maiores incidências);

e) Despesas com consulta de titulares e dependentes.

VI - Diagnose, compreendendo:

a) Média da quantidade de Exames por beneficiários por ano;

b) Média de Exames por consulta por ano;

c) Valor médio dos exames de baixo e de alto custo;

d) Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram terapias em relação ao total;

VII – Terapias, compreendendo:

- a) Valor médio;
- b) Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram terapias em relação ao total;
- c) Percentual de frequência das 10 maiores terapias em relação ao total (maiores incidências);

VIII – Internações (inclusive UTI):

- a) Tempo médio de dias de internação;
- b) Percentual de internados em relação ao total da população por ano;
- c) Valor médio da internação;
- d) Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram internações em relação ao total de internações (maiores incidências).

IX – Cirurgias, compreendendo:

- a) Valor médio;
- b) Percentual de frequência das 10 maiores patologias ou fatores geradores de cirurgia em relação ao total;
- c) Percentual de frequência das 10 maiores cirurgias em relação ao total (maiores incidências);

X – Prestadores:

- a) Curva ABC de prestadores x utilização;
- b) 50 maiores prestadores de serviços;
- c) Percentual de utilização por Tipo de prestador (hospital, clínica, laboratório etc);

XI – Casos Crônicos:

- a) Identificação de casos crônicos;
- b) Efetivação de monitoramento através da utilização;
- c) Descrição das patologias;
- d) Quantidade e valor médio mensal por assistido;
- e) Relatório técnico de acompanhamento.

4.2.31.4 Ajustar os dados especificados acima somente em comum acordo entre as partes, uma vez que são dados requeridos pelo sistema de gestão interno da CONTRATANTE, de forma a possibilitar a gestão da CONTRATANTE sobre os beneficiários e os serviços prestados pela CONTRATADA.

4.2.31.4.1 Qualquer ajuste ou alteração de layout de dados deve ser solicitada à CONTRATANTE com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para análise de viabilidade e custo de implementação pela área de tecnologia da informação.

Ações Judiciais

4.2.32 Em relação a ações judiciais propostas por beneficiários do Plano de Saúde dos Servidores da UTFPR contra a CONTRATADA, esta obriga-se a notificar a CONTRATANTE, formalmente e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, sobre qualquer citação, intimação ou notificação de ação judicial ou medida liminar, especialmente em demandas de OPME, medicamentos de alto custo ou tratamentos extra-rol.

4.2.32.1 Em toda e qualquer ação judicial decorrente deste contrato, a CONTRATADA obriga-se a requerer em sua peça de defesa a admissão da CONTRATANTE na qualidade de Assistente Litisconsorcial (Art. 124 do CPC) ou Interveniente Anuente, justificando ao juízo o interesse jurídico e econômico direto da CONTRATANTE devido ao regime de Custo Operacional.

4.2.32.1.1 Caso o juízo indefira a intervenção direta da CONTRATANTE, a CONTRATADA mantém a obrigação de atuar em estreita colaboração técnica com o departamento jurídico e médico da CONTRATANTE.

4.2.32.2 A CONTRATADA não poderá apresentar defesa ou realizar acordos judiciais sem a prévia análise e subsídio técnico da CONTRATANTE.

4.2.32.3 A CONTRATANTE reserva-se o direito de:

- a) Fornecer Segunda Opinião Médica de sua confiança para embasar a contestação;
- b) Solicitar cotações de mercado para OPME que demonstrem valores inferiores aos pleiteados na ação;
- c) Indicar assistente técnico para acompanhar perícias judiciais.

4.2.32.4 Caso a CONTRATADA deixe de notificar a CONTRATANTE no prazo estipulado, ou deixe de apresentar os argumentos técnicos/médicos fornecidos pela CONTRATANTE em sua defesa, a CONTRATANTE fica autorizada a glosar o valor que exceder o custo médio de mercado dos procedimentos ou materiais objetos da judicialização.

4.2.32.5 É vedado à CONTRATADA celebrar acordos judiciais ou extrajudiciais que impliquem desembolso financeiro por parte da CONTRATANTE sem a sua prévia e expressa autorização por escrito.

Disposições complementares

4.2.33 A CONTRATADA deverá:

4.2.33.1 Cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços durante toda a vigência contratual, conforme legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, e

normas da ANS.

4.2.33.2 Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA aos beneficiários do serviço a ser contratado.

4.2.33.3 Assegurar o padrão de qualidade que obedeça às normas éticas no tocante ao relacionamento com o paciente e seus familiares, com respeito a sua integridade física e moral e acatamento aos seus direitos de modo geral.

4.2.33.4 Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

4.2.33.5 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, e de órgão de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

4.2.33.6 Refazer, sem custo para a CONTRATANTE, os serviços que forem prestados em desacordo com as especificações, quando for o caso.

4.2.33.7 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes na licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários.

4.2.33.8 Tratar como confidenciais e sigilosas as informações e dados pessoais que disponha ou quando compartilhadas entre as partes, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que justificadamente necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

4.2.33.8.1 Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra parte para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 A CONTRATADA deverá assinar o contrato no prazo máximo de 7 (sete) dias a partir da convocação formal pela CONTRATANTE.

5.1.2 A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato, incluindo a implantação do posto de atendimento presencial na sede da CONTRATANTE.

5.1.3 Os prazos definidos no subitem 5.1 poderão ser prorrogados por igual período a critério da CONTRATANTE mediante solicitação e justificativa detalhada da CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

5.1.4 Os serviços serão prestados via rede própria ou credenciada, distribuídas por todo território nacional, sob demanda dos beneficiários, conforme horário de funcionamento próprio dos prestadores, incluindo os serviços de urgência e emergência 24 horas, 7 dias por semana.

5.1.5 O atendimento no posto de atendimento presencial na sede da CONTRATANTE, em Curitiba, funcionará em dias úteis em horário comercial a ser acordado entre as partes.

Materiais a serem disponibilizados

5.1.6 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, por meio da rede própria ou credenciada, profissionais, terapias, materiais, medicamentos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades especificadas pelo médico assistente ou profissional habilitado, desde que em conformidade com o contrato e as regras da ANS.

Dinâmica de utilização e execução do objeto

5.1.7 Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA realizará o cadastro dos beneficiários indicados pela CONTRATANTE, fornecendo a cada um cartão personalizado de identificação do plano de saúde, com validade e informações necessárias para a utilização dos serviços, conforme previsto no subitens 4.2.21 e 4.2.22 deste Termo.

5.1.8 Os beneficiários, munidos do cartão de identificação, poderão escolher livremente os profissionais e estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA para agendamento de consultas, exames e demais procedimentos médicos-hospitalares, conforme a rede referenciada disponibilizada.

5.1.9 A CONTRATADA deverá disponibilizar plataforma de atendimento presencial, localizada na sede da CONTRATANTE, no município de Curitiba, para suporte aos beneficiários e realização de movimentações cadastrais, prévias autorizações médicas e hospitalares, entrega e emissão de segunda via dos cartões de identificação, conforme especificado no subitem 4.2.19.

5.1.10 Os prazos para autorização de exames e procedimentos eletivos deverão obedecer aos parâmetros estabelecidos pela ANS, garantindo a celeridade e eficiência na prestação dos serviços.

5.1.11 A CONTRATADA realizará o faturamento mensal dos serviços prestados, emitindo as respectivas notas fiscais e relatórios eletrônicos detalhados, discriminando os custos operacionais relativos a consultas, procedimentos, materiais e demais serviços utilizados pelos beneficiários, bem como a taxa de administração per capita.

5.1.12 O regime de execução abrange todas as atividades necessárias para a plena prestação dos serviços contratados, sem limitação quantitativa, conforme demanda dos beneficiários.

5.1.13 A CONTRATADA deverá garantir a continuidade e a integralidade da assistência à saúde durante toda a vigência contratual, não sendo admitida interrupção dos serviços, salvo por motivo de força maior devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

5.1.14 A gestão e fiscalização da execução do contrato serão realizadas por equipe designada pela CONTRATANTE, que acompanhará a conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas e legais previstas neste Termo, conforme artigo 116 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.15 Após o fechamento de cada mês, a CONTRATADA emitirá documentação necessária ao faturamento e os arquivos eletrônicos necessários à gestão, fiscalização e pagamento dos valores devidos pela CONTRATANTE.

5.1.16 A CONTRATANTE realizará a gestão, conferência e fiscalização dos serviços faturados e, estando hábil para o prosseguimento, autorizará o pagamento dos valores faturados, ressalvado a possibilidade de glosas e correções no faturamento, a qualquer tempo.

5.1.17 A execução do objeto observará rigorosamente as disposições legais e regulamentares vigentes, especialmente as normas da Lei nº 14.133/2021, da ANS e demais legislações aplicáveis, garantindo a qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços de assistência à saúde aos beneficiários da UTFPR.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o período de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.5. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A CONTRATADA não necessitará manter o preposto no local da execução do objeto, mas esse deve ficar à disposição da CONTRATANTE para o que se fizer necessário à prestação do objeto.

6.7 A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização Técnica

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos.

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico registrará em processo próprio de gestão técnica do contrato todas as ocorrências relevantes relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos incorreções observadas.

6.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, sobre o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas, além das que fizerem necessárias à boa execução contratual:

- a) mensalmente verificar a conformidade da execução do contrato;
- b) realizar o recebimento provisório e analisar a conformidade dos procedimentos e valores faturados e, estando conforme, realizar o recebimento definitivo, relatando ao gestor do contrato que os serviços estão aptos para pagamento;
- c) conferir a adequação dos valores unitários tendo como base os referenciais de custo existentes;
- d) identificar a necessidade de glosas por erro técnico ou excesso de cobrança;

e) buscar junto à CONTRATADA esclarecimentos, informações, dados e justificativas para as não-conformidades na execução do contrato;

f) registrar reclamações feitas por beneficiários e verificar os procedimentos cabíveis junto à CONTRATADA; e

g) informar no processo, encaminhando aos demais fiscais e gestores do contrato, qualquer item da execução que impacte no Instrumento de Medição do Resultado (IMR).

6.17. A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21 Além do disposto acima, a fiscalização administrativa do contrato observará as seguintes rotinas, além das que fizerem necessárias à boa gestão contratual:

a) após manifestação da fiscalização técnica, realizar ateste da regularidade fiscal e de manutenção das condições de habilitação;

b) submeter as notas fiscais ao ateste do gestor do contrato;

c) enviar as notas fiscais para pagamento.

Gestão do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A execução contratual será acompanhada e avaliada por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante do Apêndice A deste Termo de Referência, que estabelecerá critérios objetivos de verificação do desempenho da CONTRATADA quanto às obrigações assistenciais, operacionais, administrativas, financeiras e legais.

7.2 O IMR será aplicado:

I - no primeiro mês de vigência do contrato;

II - no segundo mês de vigência do contrato;

III - a cada 3 (três) meses, de forma ordinária, durante toda a execução contratual;

IV - extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que forem identificados descumprimentos contratuais, falhas relevantes na prestação do serviço ou reincidência de irregularidades anteriormente apontadas.

7.3 O IMR avaliará, de forma consolidada, o desempenho da CONTRATADA em eixos temáticos, compreendendo, entre outros:

- a) cobertura assistencial e manutenção da rede credenciada mínima exigida;
- b) condições e qualidade de atendimento aos beneficiários;
- c) regularidade cadastral e documental;
- d) gestão de custos, faturamento e preços referenciais;
- e) envio de relatórios gerenciais e informações assistenciais;
- f) auditoria, fiscalização e suporte documental;
- g) gestão de demandas judiciais e administrativas;
- h) cumprimento das obrigações legais, regulatórias e contratuais.

7.4 A metodologia do IMR basear-se-á em sistema de pontuação com valor máximo de 100 (cem) pontos, sendo atribuídas deduções proporcionais conforme o grau de gravidade do descumprimento verificado, classificado como leve, médio ou grave, nos termos definidos no Apêndice A.

7.5 As ocorrências classificadas como leves ou médias poderão gerar deduções cumulativas enquanto permanecerem sem solução. As ocorrências classificadas como graves poderão ensejar, além da dedução correspondente, a adoção de medidas administrativas adicionais, inclusive abertura de procedimento sancionatório, conforme a gravidade do caso.

7.6 Ao final de cada ciclo avaliativo, será apurada a pontuação total obtida pela CONTRATADA, sendo o desempenho classificado em faixas (excelente, satisfatório, regular ou insatisfatório), conforme critérios estabelecidos no IMR.

7.7 Nos casos em que a pontuação obtida indicar desempenho regular ou insatisfatório, poderá ser aplicada glosa proporcional incidente sobre a fatura da Taxa de Administração, conforme fórmula prevista no Apêndice A, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

7.7.1 Em qualquer caso, a glosa máxima decorrente do IMR não ultrapassará 20% do valor da fatura da Taxa de Administração do mês de competência.

7.8 O valor da glosa será abatido da fatura da Taxa de Administração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou, inexistindo esta no período, poderá ser compensado no faturamento subsequente do custo operacional.

7.9 A aplicação do IMR não substitui nem limita a atuação da fiscalização contratual, que poderá:

I - realizar auditorias técnicas e administrativas;

II - promover glosas específicas por evento, inclusive nos casos de reembolso integral motivado por falha na indicação de rede credenciada;

III - exigir documentos comprobatórios;

IV - instaurar procedimento sancionatório, quando cabível.

7.10 A aferição por meio do IMR constitui critério de aceitação dos serviços para fins de pagamento, sem prejuízo da conferência técnica e financeira do faturamento mensal, da verificação da regularidade fiscal e trabalhista e do cumprimento das demais obrigações contratuais.

7.11 A metodologia do IMR poderá ser aperfeiçoada mediante termo aditivo contratual, desde que preservados os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e da objetividade da avaliação.

Recebimento

7.12 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal técnico, para fins de verificação do fiel cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.13 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança ou faturamento emitida pela CONTRATADA juntamente com a relação de todo o rol de serviços prestados no período faturado.

7.14 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.15 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.16 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.17 Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.18 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último e, na ausência de termo, decorrido o prazo especificado no subitem 7.12, o objeto será considerado como provisoriamente recebido.

7.18.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da prestação dos serviços ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.19 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as

eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.20 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.21 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.22 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

d) Quando for o caso, comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.23 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.24 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.25 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.26 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.26.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.27 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.28 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.29 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.30 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.31 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.32 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir

o recebimento de seus créditos.

7.33 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.34 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.35 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35.1 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [definir o índice] de correção monetária.

Forma de pagamento

7.36 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.37 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.40 A taxa de administração é fixa e irrevogável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.41 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, o preço contratado a título de taxa de administração poderá sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA ou índice definido pela ANS, devendo ser escolhido sempre o menor índice, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.42 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.43 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.43.1 Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.44 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.45 Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.46 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.47 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.48 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.48.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48.3 O crédito a ser pago a cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

III - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

IV - Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

V - Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, quando ultrapassar 10 dias de inadimplemento; e

VI - Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. REGIME DE EXECUÇÃO, FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Regime de Execução

9.1 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário da Taxa de Administração.

Forma de seleção do fornecedor e critério de julgamento da proposta

9.2 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observado o valor máximo estimado pela Administração e a fixação prévia de valor para o Item 01, conforme detalhado neste Termo de Referência.

9.3 Para fins de aceitabilidade, a proposta de preços deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos técnicos:

9.3.1. Registro do Produto na ANS: Indicação do número do registro do plano de saúde ofertado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devendo este estar em status "Ativo" e possuir segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia e acomodação em Enfermaria/Apartamento], conforme exigido no Termo de Referência.

9.3.2. Relação da Rede Credenciada: Listagem completa de hospitais, clínicas e laboratórios que compõem a rede de atendimento do plano ofertado para os 5.877 beneficiários, contendo:

a) Nome Fantasia e Razão Social;

b) CNPJ;

c) Endereço completo;

d) Telefone;

e) E-mail;

f) Tipo de estabelecimento (hospital, clínica, laboratório, especialidade médica, etc);

g) Campus da UTFPR que atenderá como parte da rede;

h) Número do registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).

9.3.2.1 A ausência de qualquer prestador classificado como "obrigatório" no Termo de Referência ensejará a desclassificação imediata da proposta por desconformidade.

9.3.3. Planilha de Formação de Preços: demonstração da composição do valor per capita (por usuário), discriminando:

a) Custos Assistenciais (sinistralidade estimada);

b) Taxa de Administração;

c) Tributos incidentes (PIS, COFINS, ISS e outros aplicáveis ao regime de tributação);

d) Outros componentes do valor (especificar).

9.3.4. Guia de Leitura Contratual (GLC): Apresentação do modelo de contrato ou guia de informações ao beneficiário, padronizado pela ANS, detalhando coberturas, carências e exclusões, para conferência de simetria com o edital.

9.4. A Administração realizará a conferência da rede apresentada via consulta pública ao sistema CNES/DataSUS. Caso seja constatada a inatividade ou inexistência de prestadores essenciais listados na proposta, esta será considerada inexecutável ou desconforme.

9.5. Havendo indícios de exequibilidade duvidosa (preço muito abaixo do mercado), a licitante será convocada para demonstrar, por meio de dados do DIOPS/ANS, que possui margem de solvência e garantias financeiras suficientes para honrar o atendimento do grupo.

Exigências de habilitação: habilitação jurídica

9.6 Para fins de habilitação, os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devendo a interessada comprovar os seguintes requisitos:

9.6.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6.5.1 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.6.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.6.8 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso

público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação: Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.7 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, a interessada deverá comprovar os seguintes requisitos:

9.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.7.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.4.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.5 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Exigências de habilitação: Qualificação Econômico-Financeira

9.9 Para fins de habilitação econômico-financeira, a interessada deverá comprovar os seguintes requisitos:

9.9.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.9.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.9.3 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$
$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$
$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

9.9.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do patrimônio líquido.

9.9.4.1 Serão aceitas as demonstrações financeiras enviadas à ANS (DIOPS/Financeiro), devidamente acompanhadas do protocolo de envio à agência reguladora.

9.9.4.2 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.9.4.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.9.4.3.1 Tais documentos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.9.5 Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Apêndice E deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.9.5.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.9.5.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.10 O atendimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.11 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Exigências de habilitação: Qualificação Técnico-operacional

9.12 Para fins de qualificação técnico-operacional, a interessada deverá comprovar os seguintes requisitos:

9.12.1 Ato de autorização de funcionamento, registro de prova e regularidade perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mediante apresentação do comprovante de situação cadastral de operadoras.

9.12.1.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.12.2 Comprovação de registro da empresa na Agência Nacional de Saúde - ANS, dentro do prazo de validade, para comprovar que a licitante está apta a prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98 e alterações posteriores;

9.12.3 Comprovação de registro do plano de saúde objeto da proposta por meio da Certidão de Situação Cadastral de Plano de Saúde, atestando a regularidade cadastral e apontando a situação do produto registrado no sistema RPS (Registro de Produtos);

9.12.4 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por órgão, entidade pública ou por empresas privadas quanto à prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, considerando um contingente mínimo de 2500 (dois mil e quinhentos) beneficiários;

9.12.5 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos;

9.12.6 Apresentar relação nominal atualizada em formato digital (planilha editável) contendo nome, CNPJ, endereço e telefone de todos os hospitais, clínicas de pronto atendimento, pronto socorro, maternidades, laboratórios e profissionais das especialidades especificados nos quadros 2, 3 e 4 do Apêndice B;

9.12.6.1 A relação nominal relativa ao Quadro 2 do Apêndice B deverá estar acompanhada dos valores vigentes para diárias hospitalares por tipo de acomodação (apartamento/privativa e enfermaria/coletiva), diárias de UTI, taxas de sala cirúrgica e respectivos portes anestésicos e/ou cirúrgicos, bem como taxas de sala de recuperação anestésica (RPA), de sala de observação e de centro obstétrico, aplicáveis pelos prestadores integrantes da rede credenciada;

9.12.7 Atender os quantitativos mínimos e o rol de estabelecimentos especificados no Apêndice B, quadros 2, 3 e 4 deste Termo de Referência;

9.12.8 Declaração de que o fornecedor possui ou instalará posto de atendimento na sede da CONTRATANTE no município de Curitiba, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da vigência do contrato;

9.13 Para fins da comprovação de que trata este subitem 9.12.4, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.13.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.13.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.13.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz do fornecedor.

9.13.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.13.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.13.6 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.13.7 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.14 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

9.15 É permitida a participação de cooperativas que preencham os requisitos impostos para habilitação e esteja em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento convocatório, bem como possuam a qualificação adequada para a contratação.

9.16 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

ELZIMAR DE ANDRADE - Matrícula SIAPE nº 1668945
ANGELA LUIZA LAGO - Matrícula SIAPE nº 1821989
CRISTHINE NICOLOTE DA COSTA MAIESKI - Matrícula SIAPE nº 2158698
CINTHIA MARIE OTA - Matrícula SIAPE nº 2244803
EDNA MARTA PELOSI - Matrícula SIAPE nº 1559261
JOSE DOLORES VERGARA DIETRICH - Matrícula SIAPE nº 1737729
RICARDO PONESTKE SEARA - Matrícula SIAPE nº 1752246
ALESSANDRO JAQUIEL WACLAWOVSKY - Matrícula SIAPE nº 1487645
SANDRONEY FOCHESSATTO - Matrícula SIAPE nº 2060050



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **CINTHIA MARIE OTA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 07/04/2026, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **SANDRONEY FOCHESSATTO, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS**, em (at) 07/04/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **CRISTHINE NICOLOTE DA COSTA MAIESKI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 07/04/2026, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **Ricardo Ponestke Seara, Membro de Comissão**, em (at) 07/04/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **JOSE DOLORES VERGARA DIETRICH, Membro de Comissão**, em (at) 07/04/2026, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ALESSANDRO JAQUIEL WACLAWOVSKY, MEMBRO DE COMITÊ**, em (at) 08/04/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ELZIMAR DE ANDRADE, DIRETOR(A) DE GESTÃO**, em (at) 08/04/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **EDNA MARTA PELOSI, MEMBRO DE COMITÊ**, em (at) 08/04/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANGELA LUIZA LAGO, DIRETOR(A) ADJUNTO(A)**, em (at) 08/04/2026, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5558634** e o código CRC (and the CRC code) **24DCC2A2**.

APÊNDICE A

FICHA DE AVALIAÇÃO DO IMR

Contrato de Plano de Assistência à Saúde da UTFPR

IDENTIFICAÇÃO

Contrato nº:		Mês/Ano Avaliado:	
--------------	--	-------------------	--

Contratada:

PONTUAÇÃO A SER DEDUZIDA POR DESCUMPRIMENTO OU NÃO ATINGIMENTO DO ITEM AVALIADO

Grau	Caracterização	Pontos a deduzir	Acumula enquanto permanecer sem resolução?
Leve	Descumprimento de menor impacto, geralmente de caráter administrativo, passível de correção imediata	5	Sim
Médio	Descumprimento que afeta a qualidade ou regularidade do serviço, exigindo correção em prazo determinado.	10	Sim
Grave	Descumprimento que compromete significativamente a execução do contrato, podendo resultar em sanções mais severas ou rescisão contratual	20	Não

INDICADOR 1 - COBERTURA ASSISTENCIAL E REDE CREDENCIADA

Máximo: 20 pontos

Item Edital	Aspectos Avaliados	Conformidade (Sim/Não)	Ponto(s) Deduzido (s)	Acumulado IMR anterior *	Gravidade
4.2.1	Plano registrado na ANS				Grave
4.2.2	Abrangência nacional para atendimento aos beneficiários				Grave
4.2.3	Manter a rede credenciada mínima nos 13 municípios especificados (Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Santa Helena)				Grave
4.2.3.1	Estabelecimentos nominados e quantidade mínima por especialidade conforme Apêndice B, salvo justificativa plausível devidamente comprovada				Grave
4.2.3.2	Rede em regiões adjacentes quando esgotadas alternativas no município sede, salvo justificativa plausível devidamente comprovada				Média
4.2.3 a, b, c	Rede credenciada em Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Umuarama, salvo justificativa plausível devidamente comprovada				Média
4.2.3 b	Rede credenciada nas capitais dos estados e Distrito Federal (verificar por amostragem)				Média
4.2.3 c	Rede credenciada em municípios com mais de 100 mil habitantes (verificar por amostragem)				Média
4.2.3.2	Serviços sem limite para consultas, exames, internações em apartamento, enfermaria ou UTI/semi-intensiva				Grave
4.2.4	Profissionais com registro nos conselhos de classe				Grave
4.2.3.3	Não utilização exclusiva de telemedicina para composição da rede credenciada				Média
4.2.6	Substituição de prestadores descredenciados com comunicação prévia de 30 dias, salvo justificativa plausível devidamente comprovada				Grave
4.2.7.1	Credenciamento solicitado pela CONTRATANTE realizado em 120 dias quando não houver prestador na localidade, salvo justificativa plausível devidamente comprovada				Média
4.2.28 4.2.29	Cumprimento das regras de reembolso previstas no TR				Média

* Enquanto o item permanecer sem resolução.

INDICADOR 2 - CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Máximo: 20 pontos

Item Edital	Aspectos Avaliados	Conformidade (Sim/Não)	Ponto(s) Deduzido (s)	Acumulado IMR anterior *	Gravidade
4.2.9	Atendimento sem limitação a ativos, aposentados, dependentes e pensionistas				Grave
4.2.10	Livre escolha do beneficiário quanto aos serviços médicos				Grave
4.2.11	Atendimento contínuo independente de comprovação de pagamento (inclusive urgência/emergência)				Grave
4.2.13	Alimentação ao paciente internado (inclusive especial) sem ônus adicional				Média
4.2.14	Alimentação ao acompanhante do <18 anos ou >60 anos, gestante durante o trabalho de parto,				Média

	parto e pós-parto imediato, ou pessoa com deficiência, sem ônus adicional				
4.2.16	Prestação de Assistência Domiciliar (Home Care) quando autorizado				Média
4.2.17	Atendimento ao recém-nascido até 30 dias e inclusão em até 24h após solicitação				Grave
4.2.18	Manutenção e disponibilização de orientações, manuais e rede referenciada atualizada				Leve
4.2.19	Posto de atendimento presencial em Curitiba em dias úteis no horário comercial				Média
4.2.20	Prévias autorizações possíveis em qualquer estabelecimento da CONTRATADA				Leve

* Enquanto o item permanecer sem resolução.

INDICADOR 3 - DOCUMENTAÇÃO E CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS

Máximo: 10 pontos

Item Edital	Aspectos Avaliados	Conformidade (Sim/Não)	Ponto(s) Deduzido (s)	Acumulado IMR anterior *	Gravidade
4.2.21	Fornecimento de cartões em 8 dias após assinatura e 30 dias antes do vencimento (aceita-se virtual)				Média
4.2.22	Disponibilização de cartão físico ou 2ª via sem custo adicional				Leve
4.2.23	Autonomia exclusiva da CONTRATANTE para solicitar movimentações cadastrais				Grave
4.2.24	Atendimento para eventos de saúde pré-existentes conforme regulamento UTFPR				Grave
4.2.25	Prazos de carência conforme regulamento UTFPR				Grave
4.2.26	Envio mensal de dados e relatórios detalhados				Média

* Enquanto o item permanecer sem resolução.

INDICADOR 4 - GESTÃO DE CUSTOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Máximo: 10 pontos

Item Edital	Aspectos Avaliados	Conformidade (Sim/Não)	Ponto(s) Deduzido (s)	Acumulado IMR anterior *	Gravidade
4.2.27	Prática dos menores custos conforme histórico de faturamento da CONTRATANTE				Média
4.2.27.1	Faturamento detalhado conforme rol ANS com preços unitários				Média
4.2.27.3	Emissão de nota fiscal até 15º dia útil do mês subsequente				Média
4.2.27.3	Disponibilização de demonstrativo de utilização até 10º dia útil				Leve
4.2.27.4	Inclusão de informações obrigatórias no faturamento (rol do Apêndice D)				Média

* Enquanto o item permanecer sem resolução.

INDICADOR 5 - RELATÓRIOS GERENCIAIS E INFORMAÇÕES

Máximo: 10 pontos

Item Edital	Aspectos Avaliados	Conformidade (Sim/Não)	Ponto(s) Deduzido (s)	Acumulado IMR anterior *	Gravidade
4.2.31.1 4.2.31.2	Envio mensal de relatórios gerenciais até 10º dia útil				Média
4.2.31.3	Relatórios com dados detalhados: sinistralidade, frequência, consultas, internações, etc				Média
4.2.31.3	Informações complementares: demográficas, exames, cirurgias, prestadores, casos crônicos				Leve
4.2.31.4	Ajustes de dados somente em comum acordo entre as partes				Leve
4.2.31.4.1	Solicitação de alteração de layout com antecedência mínima de 60 dias				Leve

* Enquanto o item permanecer sem resolução.

INDICADOR 6 - AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Máximo: 10 pontos

Item Edital	Aspectos Avaliados	Conformidade (Sim/Não)	Ponto(s) Deduzido (s)	Acumulado IMR anterior *	Gravidade
4.2.30.1	Envio de documentação comprobatória: >R\$5mil individual, >R\$10mil mensal/beneficiário, >R\$15mil a 29.999,99/pacote				Média

RESUMO DA AVALIAÇÃO E GLOSAS

Pontuação Total Obtida (de 0 a 100)	Classificação do Desempenho	Providências Necessárias		Cálculo da Glosa (%)	Limite Máximo da Glosa
	Excelente (≥ 95)	→	Nenhuma ou notificação, se necessário	Nenhum	Não se aplica
	Satisfatório (85 a 94)	→	Orientação e solicitação de correção	Nenhum	Não se aplica
	Regular (70 a 84)	→	Glosa proporcional da fatura da taxa de administração	(100 - Pontuação Obtida) / 2	15% da Fatura da taxa de administração
	Insatisfatório (< 70)	→	Glosa proporcional da fatura da taxa de administração	(100 - Pontuação Obtida) / 2	20% da Fatura da taxa de administração
Providência adicional a critério do fiscal do contrato		→	Abertura de procedimento sancionatório	Não se aplica	Não se aplica

O valor da glosa será abatido da fatura da Taxa de Administração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA ou, na ausência desta, será descontado do faturamento do custo operacional subsequente.

Conforme item 4.2.29.2, nos casos em que a CONTRATADA falhar na indicação de rede e o reembolso integral (100%) for acionado, a CONTRATANTE aplicará glosa, conforme o IMR, sobre o valor total do evento a cada incidência ou reincidência de falta de profissional para a mesma especialidade/procedimento.

Município	Especialidade	Prestador	Código TUSS	Autorização	Incidência	Data	Valor	Glosa (20% por incidência)	Valor da Glosa (R\$)
					1 2 3 4 5				
					1 2 3 4 5				
					1 2 3 4 5				
					1 2 3 4 5				

Quadro 2 - Rede mínima de atendimento: Hospitais e Maternidades

Município	Estabelecimentos Hospitalares Credenciados Mínimos Necessários
Apucarana	Hospital da Providência e Hospital Materno Infantil
Campo Mourão	Hospital Santa Casa de Campo Mourão e Hospital Center Clínicas
Cascavel	Hospital São Lucas, Hospital Policlínica Cascavel, Hospital de Olhos de Cascavel, Centro de Oncologia Cascavel (CEONC), União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer (UOPECAN), Centro Médico Hospitalar Gênese
Cornélio Procopio	Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio
Curitiba	Hospital das Nações, Hospital Nossa Senhora do Pilar, Hospital Sugisawa, Hospital Nossa Senhora das Graças, Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr Raul Carneiro, Hospital São Lucas, Hospital Marcelino Champagnat
Dois Vizinhos	Hospital Pró-Vida e Hospital São Judas Tadeu
Foz do Iguaçu	Hospital Ministro Costa Cavalcanti e Hospital Padre Germano Lauck
Francisco Beltrão	Policlínica São Vicente de Paula e Hospital São Francisco
Guarapuava	Hospital São Vicente de Paulo e Hospital Santa Tereza
Londrina	Hospital Evangélico de Londrina, Hospital Infantil, Hospital do Coração, Hospital Mater Dei, Santa Casa de Londrina
Maringá	Hospital Bom Samaritano, Hospital Santa Rita, Hospital do Câncer de Maringá
Medianeira	Hospital de Clínicas de Medianeira e Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz
Paranaguá	Hospital Paranaguá
Pato Branco	Hospital Policlínica Pato Branco e Hospital São Lucas
Ponta Grossa	Hospital Bom Jesus e Hospital Santa Casa de Misericórdia
Santa Helena	Santa Casa Santa Helena e Hospital Beneficente Moacir Micheletto
Toledo	Hospital Bom Jesus e Hospital Doutor Campagnolo
Umuarama	Hospital Cemil, Hospital Norospar, União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer (UOPECAN)

Quadro 3 - Rede mínima de atendimento: Especialidades Médicas

Município	Especialidades Médicas Necessárias - as especialidades não precisam estar vinculadas aos estabelecimentos nominados no Quadro 2													
	Clínica Médica	Pediatria	Cirurgia Geral	Ginecologia e Obstetrícia	Anestesiologia	Cardiologia	Oftalmologia	Ortopedia e Traumatologia	Dermatologia	Psiquiatria	Neurologia	Urologia	Oncologia	Pneumologia
Curitiba	22	17	13	13	8	7	7	7	5	4	2	2	2	1
Londrina	13	10	8	8	5	4	4	4	3	2	1	1	1	1
Maringá	11	9	7	6	4	3	3	3	2	2	1	1	1	1
Cascavel	6	5	4	4	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Ponta Grossa	5	4	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Foz do Iguaçu	6	4	4	4	2	2	2	2	1	MR4	MR4	1	MR4	MR4
Guarapuava	4	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	MR5	MR5
Pato Branco	4	3	2	2	1	1	1	1	1	MR6	1	1	MR6	MR6
Toledo	2	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	MR4	MR4	MR4
Umuarama	3	2	2	1	1	1	1	1	1	MR3	MR3	MR3	MR3	MR3
Francisco Beltrão	4	3	2	2	1	1	1	1	1	MR5	MR6	MR6	MR6	MR6

Apucarana	4	3	2	2	1	1	1	1	1	MR2	MR2	MR2	MR2	MR2
Campo Mourão	2	2	2	2	1	1	1	1	MR3	MR3	MR3	MR3	MR3	MR3
Cornélio Procópio	2	2	1	1	1	MR2	MR2	MR2	MR2	MR2	MR2	MR2	MR2	MR2
Medianeira	2	1	1	1	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4
Dois Vizinhos	1	1	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6	MR6
Santa Helena	1	1	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4	MR4

Grupo de Municípios de Referência (MR):

- MR1 → Curitiba (deve dispor de todas as especialidades listadas no município de Curitiba)
- MR2 → Londrina, Maringá, Apucarana, Cornélio Procópio (na ausência de 1 profissional da especialidade médica listada com MR2, Apucarana e Cornélio Procópio podem ser supridas por Londrina ou Maringá)
- MR3 → Maringá, Umuarama, Campo Mourão (na ausência de 1 profissional da especialidade médica listada com MR3, Campo Mourão pode ser suprido por Maringá ou por Umuarama)
- MR4 → Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Santa Helena (na ausência de 1 profissional da especialidade médica listada com MR4, Toledo, Medianeira e Santa Helena podem ser supridas por Cascavel ou Foz do Iguaçu)
- MR5 → Ponta Grossa, Guarapuava (na ausência de 1 profissional da especialidade médica listada com MR5, Guarapuava pode ser suprida por Ponta Grossa)
- MR6 → Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos (na ausência de 1 profissional da especialidade médica listada com MR6, estes 3 municípios podem ser supridos entre si)

Quadro 4 - Rede mínima de atendimento: Laboratórios de análises clínicas

Campus	Quantidade Mínima de Laboratórios
Apucarana	2
Campo Mourão	1
Cornélio Procópio	1
Curitiba	17
Dois Vizinhos	1
Francisco Beltrão	1
Guarapuava	2
Londrina	3
Medianeira	1
Pato Branco	1
Ponta Grossa	3
Santa Helena	1
Toledo	2
TOTAL	36

Dados do plano de saúde da UTFPR

Quadro 5 - Beneficiários por faixa etária

Campus/ Faixa Etária	0 a 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 59	59+	Total
Apucarana	82	1	4	11	35	73	42	18	14	15	295
Campo Mourão	111	21	5	6	32	54	57	39	33	36	394
Cornélio Procópio	78	22	0	10	33	57	41	41	55	113	450
Curitiba	284	105	29	23	77	155	167	171	262	1164	2437
Dois Vizinhos	87	6	1	2	24	52	45	22	14	15	268
Francisco Beltrão	52	8	0	1	13	36	29	14	12	8	173
Guarapuava	44	1	2	7	26	36	19	7	2	3	147
Londrina	86	14	1	1	22	47	50	43	25	35	324
Medianeira	32	16	4	1	9	17	20	19	41	139	298
Pato Branco	45	11	3	4	20	30	31	28	48	150	370
Ponta Grossa	72	22	7	5	19	43	57	45	60	131	461
Santa Helena	6	0	0	2	12	7	4	3	4	3	41
Toledo	57	5	2	6	25	31	40	23	20	10	219
Total	1036	232	58	79	347	638	602	473	590	1822	5877

Quadro 6 - Beneficiários por tipo

Campus	Titulares	Dependentes	Total
Apucarana	133	162	295
Campo Mourão	170	224	394
Cornélio Procópio	226	224	450
Curitiba	1258	1179	2437
Dois Vizinhos	125	143	268
Francisco Beltrão	81	92	173
Guarapuava	69	78	147
Londrina	150	174	324
Medianeira	153	145	298
Pato Branco	202	168	370
Ponta Grossa	225	236	461
Santa Helena	27	14	41
Toledo	101	118	219
TOTAL	2920	2957	5877

Quadro 7 - Beneficiários por sexo

Sexo	0 a 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 59	59+	Total
Feminino	497	108	28	39	201	325	318	249	318	945	3028
Masculino	521	123	28	39	135	305	280	222	269	874	2796
Não Identificado	18	1	2	1	11	8	4	2	3	3	53
TOTAL	1036	232	58	79	347	638	602	473	590	1822	5877

Quadro 8 - Beneficiários por campus e por sexo

Campus	Feminino	Masculino	Indefinido	Total
Apucarana	145	148	2	295
Campo Mourão	190	202	2	394
Cornélio Procópio	227	222	1	450
Curitiba	1293	1118	26	2437

Dois Vizinhos	136	128	4	268
Francisco Beltrão	92	81	0	173
Guarapuava	68	78	1	147
Londrina	159	158	7	324
Medianeira	166	130	2	298
Pato Branco	193	176	1	370
Ponta Grossa	232	223	6	461
Santa Helena	26	15	0	41
Toledo	101	117	1	219
Total Resultado	3028	2796	53	5877

Quadro 9 - Custo Operacional dos últimos 12 meses

Competência	Custo Operacional (CO)	CO Médio 12 m	CO Médio 10 m	CO Médio 8 m	CO Médio 6 m	CO Médio 4 m
JAN25	4.192.271,93	4.192.271,93				
FEV25	3.252.514,12	3.722.393,03				
MAR25	3.370.617,26	3.605.134,44	3.370.617,26			
ABR25	3.450.321,42	3.566.431,18	3.410.469,34			
MAI25	3.726.156,99	3.598.376,34	3.515.698,56	3.726.156,99		
JUN25	3.528.399,24	3.586.713,49	3.518.873,73	3.627.278,12		
JUL25	3.447.222,84	3.566.786,26	3.504.543,55	3.567.259,69	3.447.222,84	
AGO25	3.875.713,99	3.605.402,22	3.566.405,29	3.644.373,27	3.661.468,42	
SET25	3.414.955,65	3.584.241,49	3.544.769,63	3.598.489,74	3.579.297,49	3.414.955,65
OUT25	4.018.796,58	3.627.697,00	3.604.023,00	3.668.540,88	3.689.172,27	3.716.876,12
NOV25	4.337.052,07	3.692.183,83	3.685.470,67	3.764.042,48	3.818.748,23	3.923.601,43
DEZ25	3.397.417,43	3.667.619,96	3.656.665,35	3.718.214,35	3.748.526,43	3.792.055,43
TOTAL	44.011.439,52	44.011.439,52	43.879.984,16	44.618.572,19	44.982.317,12	45.504.665,19

APÊNDICE D

- Legenda:
- Formato do arquivo de dados = [.CSV = dado separado por vírgula (;) ; .TXT = dado de texto simples];
 - Tipo = Tipo do dado [A = alfanumérico; N = numérico];
 - Tam = Tamanho máximo do dado;
 - Conteúdo fixo = Valor textual fixo para o dado;
 - Pos Ini = Posição Inicial do dado (apenas para arquivos do formato TXT);
 - Pos Fin = Posição Final do dado (apenas para arquivos do formato TXT);
 - Filler = campo não utilizado, apenas como preenchedor de espaço no layout do registro ;
 - [ddmmaaaa] = formatação de data: 2 dígitos para dia; 2 dígitos para mês e 4 dígitos para ano;
 - [hhmm] = formatação de horário: 2 dígitos para hora e 2 dígitos para minuto;
 - [nn inteiros mm decimais] = formatação de valor: quantidade de dígitos inteiros e quantidade de dígitos decimais

A - Arquivo de cadastro de beneficiários

Formato do arquivo de dados: .CSV

Cabeçalho (Header):

	TR_Cadastro_Operadora_Cabecalho.ref	Tipo	Tam	Conteúdo Fixo
1	sequencial	A	0200	SEQUENCIAL;
2	contrato	A	0200	CONTRATO;
3	contratante	A	0200	CONTRATANTE;
4	codigo_lotacao	A	0200	CODIGO_LOTACAO;
5	descricao_lotacao	A	0200	DESCRICAO_LOTACAO;
6	cod_plano	A	0200	COD_PLANO;
7	plano	A	0200	PLANO;
8	cod_modulo	A	0200	COD_MODULO;
9	descricao_modulo	A	0200	DESCRICAO_MODULO;
10	codigo_beneficiario	A	0200	CODIGO_BENEFICIARIO;
11	codigo_afinidade	A	0200	CODIGO_AFINIDADE;
12	codigo_origem	A	0200	CODIGO_ORIGEM;
13	beneficiário	A	0200	BENEFICIARIO;
14	sequencia	A	0200	SEQUENCIA;
15	cartao_nacional_saude	A	0200	CARTAO_NACIONAL_SAUDE;
16	codigo_familia	A	0200	CODIGO_FAMILIA;
17	tipo_dependente	A	0200	TIPO_DEPENDENTE;
18	matric_ben_empresa	A	0200	MATRIC_BEN_EMPRESA;
19	data_nascimento	A	0200	DATA_NASCIMENTO;
20	data_adesao	A	0200	DATA_ADESAO;
21	dnv	A	0200	DNV;
22	rg_beneficiario	A	0200	RG_BENEFICIARIO;
23	orgao_emissor_rg	A	0200	ORGAO_EMISSOR_RG;
24	data_exped_rg	A	0200	DATA_EXPED_RG;
25	cpf_beneficiario	A	0200	CPF_BENEFICIARIO;
26	estado_civil	A	0200	ESTADO_CIVIL;
27	sexo	A	0200	SEXO;
28	endereço	A	0200	ENDEREÇO;
29	numero	A	0200	NUMERO;

30	complemento	A	0200	COMPLEMENTO;
31	bairro	A	0200	BAIRRO;
32	cidade	A	0200	CIDADE;
33	uf	A	0200	UF;
34	cep	A	0200	CEP;
35	nome_mae	A	0200	NOME_MAE;
36	codigo_uni_pag	A	0200	CODIGO_UNI_PAG;
37	cbo	A	0200	CBO;
38	pispasep	A	0200	PISPASEP;
39	uni_destino	A	0200	UNI_DESTINO;
40	canc_benef	A	0200	CANC_BENEF;
41	canc_mod	A	0200	CANC_MOD;
42	validade_carteirinha	A	0200	VALIDADE_CARTEIRINHA
	Tamanho de registro (não se aplica: CSV)	CSV	0200	

Dados (Detail):

	TR_Cadastro_Operadora_Cabecalho.ref	Tipo
1	Sequencial = do arquivo	N
2	contrato	N
3	Contratante = UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	A
4	codigo_lotacao = Código do Campus atendido	N
5	descricao_lotacao = Nome do Campus atendido	A
6	cod_plano = código do plano	N
7	plano = Nome do Plano	A
8	cod_modulo = código do módulo do plano	N
9	descricao_modulo = nome do módulo do plano	A
10	codigo_beneficiario = código do cartão do beneficiário	N
11	codigo_afinidade	N
12	codigo_origem	N
13	Beneficiário = Nome do Beneficiário	A
14	sequencia	N
15	cartao_nacional_saude	N
16	codigo_familia	N
17	tipo_dependente = Grau de Parentesco do Beneficiário com o Titular	A
18	matric_ben_empresa = matrícula-SIAPE do titular	N
19	data_nascimento [dd/mm/aaaa]	N
20	data_adesao [dd/mm/aaaa]	N
21	Dnv	N
22	rg_beneficiario	N
23	orgao_emissor_rg	N
24	data_exped_rg [dd/mm/aaaa]	N

25	cpf_beneficiario	N
26	estado_civil	A
27	Sexo [M; F]	A
28	endereço	A
29	numero	N
30	complemento	A
31	bairro	A
32	cidade	A
33	uf	A
34	cep	A
35	nome_mae	A
36	codigo_uni_pag = Código de origem do plano operadora	N
37	cbo	A
38	pispasep	N
39	uni_destino = Código de destino do plano operadora	N
40	canc_benef [dd/mm/aaaa]	N
41	canc_mod [dd/mm/aaaa]	N
42	validade_carteirinha [dd/mm/aaaa]	N
	Tamanho de registro (não se aplica: CSV)	CSV

B - Arquivo de Faturamento

Formato do arquivo de dados: .TXT (pode ser .DAT, desde que só possua dados de texto simples)

Cabeçalho (Header) – Contrato:

	TR_Faturas_Operadora_Header.ref	Tipo	Tam	pos ini	pos fin
1	Número seqüencial de registro [sempre=1]	N	0006	0001	0006
2	Tipo de registro [sempre='H']	A	0001	0007	0007
3	Nome da emissora do arquivo	A	0030	0008	0037
4	Empresa para qual foi emitido o arquivo (contrato)	A	0031	0038	0068
5	Código do contrato	N	0010	0069	0078
6	Competência de faturamento [mmaaaa]	N	0006	0079	0084
10	Código do Relatório [sempre='VEN027 ']	A	0007	0085	0091
	Tamanho de registro	91			

Dados (Detail) – Contratante:

	TR_Faturas_operadora_Contratante.ref	Tipo	Tam	pos ini	pos fin
1	Número seqüencial de registro (1 por unidade)	N	0006	0001	0006
2	Tipo de registro [sempre='C']	A	0001	0007	0007
10	Nome do contratante dos registros seguintes	A	0030	0008	0037
	Tamanho de registro	37			

Dados (Detail) – Família:

	TR_Faturas_operadora_Familia.ref	Tipo	Tam	pos ini	pos fin
1	Número seqüencial de registro	N	0006	0001	0006
2	Tipo de registro [sempre='F']	A	0001	0007	0007
3	Código da Família	N	0007	0008	0014
4	Nome do responsável da família	A	0023	0015	0037
5	Código da Família	N	0007	0038	0044
	Tamanho de registro	37			

Dados (Detail) – Fatura:

	TR_Faturas_operadora_Detalhe.ref	Tipo	Tam	pos ini	pos fin
1	Número seqüencial de registro	N	0006	0001	0006
2	Tipo de registro [sempre='D']	A	0001	0007	0007
3	Idt.operadora do plano de saúde do beneficiário (código interno da prestadora)	N	0002	0008	0009
4	Código do plano de saúde do beneficiário	N	0011	0010	0020
5	Nome do beneficiário	A	0025	0021	0045
6	Data de Nascimento do beneficiário [ddmmaaaa]	N	0008	0046	0053
7	Sexo do beneficiário ['M'/'F']	A	0001	0054	0054
8	Número da nota emitida p/ serviço efetuado p/ prestador	N	0020	0055	0074
9	Data de atendimento [ddmmaaaa]	N	0008	0075	0082
10	Data de internação [ddmmaaaa]	N	0008	0083	0090
11	Data da alta [ddmmaaaa]	N	0008	0091	0098
12	Código do recebedor	N	0007	0099	0105
13	Descrição do grau	A	0010	0106	0115
14	Emergência ['S'/'N'/' ']	A	0001	0116	0116
15	Hora de atendimento [hhmm] ou ['']	N	0004	0117	0120
16	Código do Tipo de acomodação	N	0002	0121	0122
17	Código do grau	A	0003	0123	0125
18	Código do serviço dentro do grupo	N	0008	0126	0133
19	Quantidade de serviço executado	N	0011	0134	0144
20	Sigla do Conselho Profissional	A	0012	0145	0156
21	Número do Conselho profissional	N	0007	0157	0163
22	UF do conselho profissional	A	0002	0164	0165
23	Valor do custo operacional [11 inteiros 2 decimais]	N	0013	0166	0178
24	Valor Do filme [11 inteiros 2 decimais]	N	0013	0179	0191
25	Valor dos honorários médicos [11 inteiros 2 decimais]	N	0013	0192	0204
26	Taxa administrativa [11 inteiros 2 decimais]	N	0013	0205	0217
27	Valor cobrado do serviço [11 inteiros 2 decimais]	N	0013	0218	0230
28	Valor da base do INSS [11 inteiros 2 decimais]	N	0013	0231	0243
29	Matrícula do beneficiário na empresa contratante	N	0017	0244	0260
30	Código do prestador executor	N	0008	0261	0268
31	Nome do prestador executor	A	0040	0269	0308

TIMBRE DO EMISSOR

MODELO

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa , inscrita no CNPJ (MF) nº , inscrição estadual nº , estabelecida em , possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço/Telefone do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Mensal do Contrato	Valor Anual do Contrato	Valor Total do Contrato*
TOTAL					

* Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

Fórmula Exemplificativa:

Para fins de atendimento ao disposto nos itens "D.1" e "D.2" da alínea "D" do subitem 11.1 do item 11 do Anexo VII-A da IN 05/2017:

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante. Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Fórmula de cálculo

$\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12 / \text{Valor total dos contratos} > 1$

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo

$(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100 / \text{Valor da Receita Bruta} = \text{_____} \%$

Justificativas:

Assinatura e carimbo do emissor

Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

Referência: Processo nº 23064.028268/2025-23

SEI nº 5558634

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Estudo Técnico Preliminar 7/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23064.028268/2025-23

2. Descrição da necessidade

O plano de saúde é um dos pilares dos benefícios assistenciais oferecidos aos servidores do quadro de pessoal da UTFPR, garantindo condições de saúde satisfatórias e dignas de forma igualitária a todos os beneficiários, independente da faixa etária. A contratação busca a continuidade do benefício, que atende cerca de 5.877 (cinco mil e oitocentos e setenta e sete) beneficiários, distribuídos nos municípios onde a UTFPR possui câmpus: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e Santa Helena.

Assim, prevalece a necessidade de contratação dos serviços que se dá continuamente, cuja interrupção pode trazer prejuízos às partes (servidores e instituição), uma vez que a assistência à saúde é direito a que faz jus o servidor, prestada pela UTFPR desde 1994 por meio de planos privados contratados via licitação. A assistência à saúde é uma importante e reconhecida ferramenta de motivação, retenção e satisfação de pessoas, constante na política de benefícios da UTFPR, garantindo aos servidores mais facilidade ao acesso às terapias preventivas e de recuperação de várias enfermidades existentes, quer sejam não decorrentes do próprio trabalho ou advindas da atividade funcional, gerando redução ou minimizando os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade de vida e do desempenho funcional.

A contratação é fundamentada pela Instrução Normativa GABIN/MGI nº 496, de 21 de novembro de 2025, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC sobre a assistência à saúde suplementar do servidor do Poder Executivo Federal e do militar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, ativo ou aposentado, de seus dependentes e grupo familiar e do pensionista.

Transcrição do Doc. SEI nº 5119908

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRGEP	Elzimar de Andrade

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de empresa especializada no ramo de plano privado de assistência à saúde, em âmbito nacional, para atendimento aos servidores da UTFPR ativos, aposentados, respectivos dependentes, bem como pensionistas, assim definidos em regulamento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A empresa deverá prestar os serviços de assistência médico-hospitalar, hospitalar com obstetrícia, ambulatorial e laboratorial para realização de procedimentos clínicos, cirúrgicos e obstétricos, atendimento de urgência e emergência, exames complementares, serviços auxiliares de diagnóstico, procedimentos terapêuticos e internações, sem exclusão de doenças e lesões preexistentes ou crônicas, através de plano de saúde, de acordo com a Lei Federal nº 9.656 de 03/06/1998 e suas regulamentações, com cobertura em todo o território nacional.

Para efeito deste Estudo Preliminar entende-se como Plano Privado de Assistência à Saúde aqueles de prestação continuada de atendimentos médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapias e internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, inclusive aquelas de maior complexidade, incluindo internações em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e utilização de leitos especiais, em rede credenciada nos municípios onde a UTFPR possui campi e outros especificados, com cobertura integral conforme rol da ANS.

A licitante deverá comprovar que possui nos municípios de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo e Santa Helena, assim como nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Umuarama, no momento da habilitação, profissionais e clínicas especializadas para prestar assistência à saúde aos usuários do plano de saúde.

Para fins desse processo licitatório, a demanda foi estimada em 5.877 (cinco mil e oitocentos e setenta e sete) usuários, dos quais 2920 (dois mil e novecentos e vinte) são titulares e 2957 (dois mil e novecentos e cinquenta e sete) dependentes, mas a quantidade contratada não deve ser fixa, variando em função da demanda, uma vez que a participação dos beneficiários é por adesão voluntária, bem como desligamentos podem ocorrer a qualquer momento, a pedido ou por força de regulamento, observadas as normas regulamentares da UTFPR.

Requisitos específicos:

Os serviços médicos de consultas, hospitalizações e ambulatoriais, serão de livre escolha do beneficiário, nos centros médicos, hospitalares e consultórios especializados próprios, através de rede parceira, cooperados, conveniados ou referenciados. Os serviços contratados serão prestados de forma contínua aos beneficiários mediante apresentação de cartão personalizado, com data de validade e informações úteis à operadora, fornecida por esta, independentemente de comprovação de pagamento ou de prévia autorização, bem como do local onde se encontre o beneficiário, principalmente em casos de urgência e/ou emergência, salvo nos casos de procedimentos mais complexos ou para os casos em que se fizer necessária a prévia autorização.

Nos casos de atendimento de urgência e emergência, a unidade hospitalar ou equivalente deverá dispor de equipamentos adequados, remédios específicos e equipe com especialistas devidamente treinados.

Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e/ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico, serviço de Assistência Domiciliar (*home care*), tratamento de rotina e especializado.

Os serviços serão executados pelos estabelecimentos e profissionais parceiros, conveniados, referenciados, cooperados e/ou próprios da empresa CONTRATADA, sem limite de consultas e exames de métodos complementares, de internamentos em apartamentos e enfermarias ou em Unidade de Terapia Intensiva – UTI e/ou semi-intensiva, com instalações climatizadas por meio de ar condicionado, uso de aparelhagem especial em casos necessários, ressalvadas apenas as limitações para a psiquiatria indicada neste estudo técnico preliminar.

O paciente terá direito a acompanhante em caso de internação. A alimentação do acompanhante é devida para pacientes menores de 18 (dezoito) anos de idade, ou maior de 60 (sessenta) anos de idade, ou for gestante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, ou pessoa com deficiência, conforme normas da ANS e legislação vigente, sem que isso implique em ônus adicional ao beneficiário.

No caso de internamentos, cirurgias, partos, berçários e todo e qualquer procedimento médico-hospitalar, serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os gastos com o beneficiário, inclusive diárias hospitalares, honorários médicos, serviço de enfermagem, medicamentos, materiais descartáveis e de curativos durante o período de internação.

A continuidade da cobertura de atendimento após o trigésimo dia do nascimento somente será devida quando o recém-nascido tiver sido incluído no contrato do titular. Tal inclusão somente será aceita se realizada no período de até 30 (trinta) dias após o nascimento.

A CONTRATADA é responsável pela alimentação do paciente, mesmo quando o médico assistente indique alimentação especial para administração tanto por via oral, parenteral e enteral, sem que isso implique em ônus adicional.

Os procedimentos e eventos ligados à saúde, acobertado pelo plano especificado no presente Estudo Preliminar, serão aqueles constantes no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS e alterações posteriores, sem quaisquer tipos de limites de utilização, quantidade, prazo e/ou custo, desde que solicitados pelo médico assistente.

Aplicar as condições comerciais mais favoráveis e de menores custos para todos os itens faturados, considerando prioritariamente histórico de custos assistenciais da CONTRATANTE sejam eles obtidos em tabelas próprias ou de referência (tais como CBHPM, AMB, SIMPRO, FEHOSPAR, BRASÍNDICE, UBH, entre outras), bem como obtidos via negociação direta (por item ou pacotes).

A CONTRATANTE poderá exigir, quando entender necessário, a apresentação de todas as contas originais que contiverem valores de exames, consultas, terapias, procedimentos clínicos, cirurgias, anestésias, auxiliares, hotelaria hospitalar e pacotes, a fim de assegurar o pagamento pelo valor conforme contrato e compatível com o referencial aplicável.

Disponibilizar aos titulares e dependentes Manual de Rede Referenciada, constando relação atualizada dos profissionais, serviços de hospitais referenciados, incluindo seus respectivos endereços, telefones e especialidades, e também sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

A relação das especialidades na rede credenciada, redes básica e essencial e rede complementar, deverá estar disponível aos beneficiários no início e durante a vigência do contrato.

Assumir inteira responsabilidade civil e administrativamente por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA aos beneficiários do serviço a ser contratado.

Assegurar o padrão de qualidade que obedeça às normas éticas no tocante ao relacionamento com o paciente e seus familiares, com respeito a sua integridade física e moral e acatamento aos seus direitos de modo geral.

Manter posto de atendimento localizada na sede da CONTRATANTE, para atendimento aos servidores e aos seus respectivos dependentes. O posto funcionará no horário do expediente da CONTRATANTE, devendo dispor de um empregado e de microcomputador com impressora, sem ônus para a CONTRATANTE.

O posto deverá prestar os serviços de movimentações e prévias autorizações médicas ou hospitalares, entrega dos cartões de identificação dos beneficiários, bem como a emissão de segunda via dos mesmos e outros procedimentos necessários.

Fornecer cartões ou carteira de identificação de beneficiário do plano, sem ônus, no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato, e posteriormente, 30 (trinta) dias antes da data do seu vencimento, podendo ser na forma digital para todos os beneficiários.

No caso de cartões físicos, quando requerido pela CONTRATANTE ou pelo próprio beneficiário, a entrega ocorrerá no posto de atendimento localizado na sede da CONTRATANTE.

Não haverá cobrança de taxas adicionais por parte da CONTRATADA para emissão de segunda via de cartão físico.

Permitir que as prévias autorizações médicas ou hospitalares, de acordo com as normas da ANS, sejam realizadas em todos os estabelecimentos da CONTRATADA.

Garantir que a CONTRATANTE tenha autonomia para solicitar à CONTRATADA movimentações de inclusão e exclusão dos usuários do plano, aceitando como beneficiários todas as pessoas que preencham os requisitos do regulamento próprio da UTFPR.

Garantir atendimento conforme o objeto deste Estudo Preliminar aos eventos ocorridos e conhecidos antes do início da vigência do contrato.

A CONTRATADA deverá responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, e de órgão de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

Encaminhar, até o dia 05 (cinco) de cada mês, a Nota Fiscal/Fatura à CONTRATANTE, bem como o relatório mensal dos titulares com seus respectivos dependentes, em ordem alfabética.

Executar os serviços ofertados sempre por meio de médicos e/ou estabelecimentos, devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina, com reputação ilibada e idoneidade reconhecida.

Prestar os serviços com profissionais qualificados e habilitados pelos respectivos Conselhos Profissionais.

Trabalhar sempre objetivando rede referenciada ou própria, bem como substituir o profissional e/ou estabelecimento, eventualmente descredenciado por outro com qualidade igual ou superior àquele, sendo necessária a comunicação à Contratante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Aceitar, no mínimo, como beneficiários dos planos ora contratados todas as pessoas que preencham os requisitos previstos no Regulamento Próprio da UTFPR.

Enviar, imediatamente, à sede da CONTRATANTE, sempre que solicitado, funcionário autorizado para resolver possíveis irregularidades identificadas, não solucionadas pelo preposto mantido na sede.

Prestar os serviços de forma contínua, não sendo admitida interrupção de qualquer natureza.

Apresentar autorização de funcionamento, registro de prova e regularidade perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mediante apresentação do comprovante de situação cadastral de operadoras.

Credenciar rede, no prazo de até 120 (cento e vinte dias), nos municípios onde sejam instaladas novos Campus da contratante, contados da comunicação do fato pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

Cumprir os prazos para a execução do objeto.

Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela UTFPR, cujas reclamações se obriga a manifestar e atender prontamente.

Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações vigentes.

Comunicar a UTFPR, formalmente, qualquer anormalidade na correta fruição do objeto, prestando os esclarecimentos necessários.

Indicar seu representante junto a UTFPR, que durante o período de vigência do contrato será a pessoa a quem a Administração ou fiscal do contrato recorrerá sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir soluções para as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto.

Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações dos usuários a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto.

Refazer, sem custo para a CONTRATANTE, os serviços que forem prestados em desacordo com as especificações.

Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes na licitação, bem como de infrações praticadas por seus funcionários.

Acesso eletrônico ao relatório demonstrativo de todos os serviços que os beneficiários tenham utilizado, incluindo, separadamente, os seus dependentes.

Mensalmente a CONTRATADA deverá encaminhar à UTFPR, em meio eletrônico, os relatórios que demonstrem as seguintes informações:

1. Relatório de beneficiários contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- Código do beneficiário
- Nome do beneficiário
- Matrícula do titular na UTFPR
- Data de nascimento
- Grau de dependência do beneficiário
- Sexo do beneficiário
- Estado civil do beneficiário
- Data de inclusão do beneficiário
- Data de exclusão do beneficiário
- Código do plano ou da contratada
- Nome do plano ou da contratada

2. Relatório de faturamento contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- mês/ano de competência do faturamento
- código do Contrato
- identificação da unidade-contratante
- número de sequência da unidade-contratante
- nº do cartão do beneficiário
- número de sequência em que a nota/fatura de serviço prestado ocorre no arquivo de fatura
- número da nota/fatura de serviço prestado
- número de sequência em que o lançamento ocorre na nota/fatura de serviço prestado
- local do atendimento (cidade/estado)
- horário do atendimento [formato HHMM]
- data do atendimento [formato AAAAMMDD]
- tipo de atendimento (eletivo/urgência/internamento)
- procedimento realizado (descrição e código do procedimento conforme SIMPRO/BRASÍNDICE/ANS)
- data da internação [formato AAAAMMDD]
- data da alta [formato AAAAMMDD]
- código da clínica/hospital/profissional

- função do prestador executante: [P= principal, 1= 1º auxiliar, 2= 2º Auxiliar-2, 3= 3º auxiliar, 4= 4º auxiliar, A= anestesista]
- identificador de emergência [S=sim, N=não]
- tipo do grupo de serviço (Com 3 letras => [AMB= procedimentos ambulatoriais, CLI= procedimentos clínicos, HOS= hospital, MAT= material, MED= medicamento, CON= consulta, EXA= exame, CIR= cirurgia, DIA= diária hospitalar, PAC= procedimento de alto custo, TER= terapia, ANE= anestesista])
- quantidade do serviço executado
- consultas - quantidade e custo
- exames simples - quantidade e custo
- exames complexos - quantidade e custo
- valor cobrado de acomodação (apartamento/enfermaria/UTI)
- custos referentes aos honorários médicos
- valor cobrado de serviço
- valor cobrado de custo operacional
- valor cobrado de filme
- valor de taxa administrativa
- valor do INSS (em % do valor total)
- código do tipo de acomodação de internamento
- código do CID principal da nota
- número original da guia
- número sequencial da guia original
- código do prestador executante
- nome do prestador executante (CNPJ/nome ou razão social)
- CRM do prestador do serviço
- código da especialidade ANS principal ativa do prestador
- código da unidade (do plano de saúde) prestadora do serviço

As informações descritas acima devem ser ajustadas entre as partes, uma vez que são dados requeridos pelo sistema de gestão interno da CONTRATANTE, porém, a solução deve ser viabilizada de forma a possibilitar a gestão da CONTRATANTE sobre os beneficiários e os serviços prestados pela CONTRATADA.

As despesas realizadas e que gerarem direito ao reembolso à CONTRATANTE deverão ser claramente identificadas nos relatórios fornecidos à CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá enviar trimestralmente, semestralmente e anualmente, ou sempre que solicitado, Relatório de Utilização de Rede Credenciada com, pelo menos, os seguintes dados e, sempre que couber, estabelecendo comparativo com os dados de outros planos semelhantes administrados pela CONTRATADA:

I – Perfil dos beneficiários titulares e dependentes (quantidade, gênero, faixa etária, proporção de dependentes em relação aos titulares, entre outros);

II – Despesa per capita geral e por faixa etária no padrão da ANS e sexo;

III – Percentual de Sinistralidade da Carteira;

IV – Despesas agrupadas por serviço prestado: consultas, exames, procedimentos clínicos, procedimentos ambulatoriais, internamentos, procedimentos cirúrgicos.

V – Indicadores sobre a utilização constando:

- a) Média da quantidade de consultas por beneficiário por ano;
- b) Proporção entre consultas eletivas e em pronto socorro;
- c) Valor médio da consulta;
- d) Percentual de frequência das 10 maiores especialidades em relação ao total de consultas (maiores incidências);
- e) Despesas com consulta de titulares e dependentes.

VI – Diagnose, compreendendo:

- a) Média da quantidade de Exames por beneficiários por ano;
- b) Média de Exames por consulta por ano;
- c) Valor médio dos exames de baixo e de alto custo;
- d) Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram terapias em relação ao total;

VII – Terapias, compreendendo:

- a) Valor médio;
- b) Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram terapias em relação ao total;
- c) Percentual de frequência das 10 maiores terapias em relação ao total (maiores incidências);

VIII – Internações (inclusive UTI):

- a) Tempo médio de dias de internação;
- b) Percentual de internados em relação ao total da população por ano;
- c) Valor médio da internação;
- d) Percentual de frequência das 10 maiores patologias que geraram internações em relação ao total de internações (maiores incidências).

IX – Cirurgias, compreendendo:

- a) Valor médio;
- b) Percentual de frequência das 10 maiores patologias ou fatores geradores de cirurgia em relação ao total;
- c) Percentual de frequência das 10 maiores cirurgias em relação ao total (maiores incidências);

X – Prestadores:

- a) Curva ABC de prestadores x utilização;
- b) 50 maiores prestadores de serviços;
- c) Percentual de utilização por tipo de prestador (hospital, clínica, laboratório etc);

XI – Casos Crônicos:

- a) Identificação de casos crônicos;
- b) Efetivação de monitoramento através da utilização;
- c) Descrição das patologias;
- d) Quantidade e valor médio mensal por assistido;
- e) Relatório técnico de acompanhamento.

A CONTRATANTE poderá definir relatórios mais detalhados e completos no termo de referência da licitação.

Este estudo recomenda serem fixados regimentos para a auditoria de custos e faturamento do plano de saúde, a constar no Termo de Referência, bem como para Home Care, reembolsos, ações judiciais e o IMR.

As dúvidas decorrentes da cobrança de serviços prestados deverão ser esclarecidas pela CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação ou contestação formal efetuada pela CONTRATANTE, mediante a apresentação da documentação ou esclarecimentos pertinentes.

Caso os esclarecimentos apresentados não sejam suficientes para sanar as dúvidas, ou se forem constatadas inconsistências nos valores cobrados, a CONTRATANTE poderá proceder à glosa dos itens questionados, informando o motivo à CONTRATADA.

Os valores glosados poderão constar em nota fiscal de refatura de glosa, a ser emitida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da ciência da glosa pela CONTRATADA. Não serão aceitas notas fiscais de refatura de glosa apresentadas após o prazo mencionado, nem aquelas reapresentadas sem a devida correção dos motivos que deram origem à glosa.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de glosar total ou parcialmente os procedimentos e preços que não estejam em conformidade com o pactuado.

Somente serão aceitos pacotes desde que o valor total seja inferior a soma dos valores individuais que compõem o pacote (HON, EXA, MAT/MED, HOS e CON).

A CONTRATADA somente poderá cobrar os valores que apresentarem inconsistências, após sanados os motivos da Glosa ou Devolução da Nota Fiscal.

O ônus da prova quanto à efetiva realização de serviços objetos de controvérsia, que não estejam documentados será da Contratada.

Quando não houver prestador de serviço credenciado pela CONTRATADA na localidade onde será realizado o serviço (objeto deste Contrato), o CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA para que realize o credenciamento em 120 (cento e vinte) dias.

Em caso de descredenciamento de profissional ou estabelecimento durante o curso de tratamento, a CONTRATADA obriga-se a garantir a continuidade da assistência com o mesmo profissional, quando requerido pelo beneficiário, via reembolso ou acordo direto, até a alta médica ou estabilização clínica do paciente.

Caberá à CONTRATADA observar, quanto aos reembolsos, as normas da CONTRATANTE e os prazos da RN 566/ANS (ou norma superveniente), especialmente em situações de Urgência e Emergência.

Em relação a ações judiciais propostas por beneficiários do Plano de Saúde dos Servidores da UTFPR contra a CONTRATADA, esta obriga-se a notificar a CONTRATANTE, formalmente e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, sobre qualquer citação, intimação ou notificação de ação judicial ou medida liminar, especialmente em demandas de OPME, medicamentos de alto custo ou tratamentos extra-rol.

A CONTRATADA não poderá apresentar defesa ou realizar acordos judiciais sem a prévia análise e subsídio técnico da CONTRATANTE.

É vedado à CONTRATADA celebrar acordos judiciais ou extrajudiciais que impliquem desembolso financeiro por parte da CONTRATANTE sem a sua prévia e expressa autorização por escrito.

CONTRATANTE e CONTRATADA declaram, garantem e concordam que as Informações e Dados Pessoais, quando compartilhadas entre ambas, serão tratadas como confidenciais e sigilosas, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que justificadamente necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra PARTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

5. Levantamento de Mercado

O mercado dos planos de saúde se caracteriza pela atuação das seguradoras de saúde, das empresas de medicina de grupo, das cooperativas médicas e das entidades de autogestão. Na qualidade de terceiro-pagador, essas organizações vendem planos que intermedeiam o financiamento do acesso aos serviços privados de saúde, protegendo os segurados do risco associado ao custo de adoecer. Isso permite uma queda do montante do desembolso direto das famílias, pois seu gasto potencial pode ser dividido entre um conjunto de segurados.

De acordo com informações publicadas pela ANS, em 05 de fevereiro de 2025, "*o setor de planos de saúde manteve, em 2024, o crescimento significativo em números de beneficiários em suas duas segmentações (planos de assistência médica e exclusivamente odontológicos)*". Além disso, destacou que "*quanto aos dados por faixa etária, observa-se que a faixa de 45 a 49 anos foi a que apresentou o crescimento mais expressivo na assistência médica, seguido pela faixa etária de 50 a 54 anos*".

Esta mesma notícia traz um comparativo com o período anterior à pandemia de Covid-19: "*considerando os dados de usuários de planos de saúde de assistência médica nos últimos 5 anos, verificamos que o setor de saúde suplementar vem mantendo um crescimento contínuo. De acordo com o Censo 2022, observa-se que o crescimento de beneficiários na saúde suplementar supera o crescimento populacional. A taxa de crescimento 2010/2022 de*

beneficiários foi de 12% enquanto a população brasileira cresceu 6,5%, entre 2010 e 2022. Em relação à evolução no número de beneficiários, é importante destacar que esse aumento da procura por planos de saúde a partir da pandemia de Covid-19 pode indicar que as pessoas ficaram ainda mais preocupadas em garantir o acesso ao sistema de saúde num momento de grande necessidade".

Em outra notícia publicada pela ANS, em 10 de agosto de 2025, "os planos de saúde realizaram 1,94 bilhão de procedimentos em 2024, incluindo consultas, exames, terapias, internações e atendimentos odontológicos. O número representa um crescimento de 0,3% em relação a 2023, quando foram feitos 1,93 bilhão de procedimentos. No topo do ranking continuam os exames ambulatoriais, com 1,18 bilhão de registros informados pelas operadoras à ANS, um aumento de 0,7% em comparação ao ano anterior".

A modalidade de faturamento mais comum no mercado é a de pré-pagamento, a valores fixos ao beneficiário, vinculados à faixa etária e à sinistralidade, geralmente impondo carências mínimas, onde a contratada assume os riscos. Os preços incluem uma taxa capaz de capitalizar os riscos inerentes a este tipo de operação.

A contratação vigente feita pela UTFPR é na modalidade de faturamento por custo operacional, onde a contratante arca com a totalidade dos custos dos serviços efetivamente prestados pelos profissionais e empresas de saúde, pelos quais paga à contratada uma taxa de administração *per capita* mensal.

As principais características da contratação pretendida são: acesso completo a serviços de saúde, com internação em apartamento e enfermaria, incluindo obstetrícia e procedimentos de alta complexidade, vinculados ao rol da ANS, com abrangência nacional e com ampla rede de atendimento que atue nos 13 municípios onde a UTFPR possui sede, assim como nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Umuarama, com faturamento por custo operacional e a empresa contratada sendo remunerada por meio de uma taxa de administração.

Alguns estudos demonstram que diferentes regiões apresentam variações significativas nos custos devido a fatores como mão de obra médica, infraestrutura hospitalar, custos operacionais e padrões de utilização. Grandes centros urbanos geralmente apresentam custos mais elevados.

Foram analisados, preliminarmente, os custos comparativos entre área de abrangência Estadual (caso tivéssemos esta opção) e Nacional (abrangência do contrato vigente). Esta análise apresenta dados agregados por Unidade Federativa (UF) dos prestadores de serviços de saúde que constam nas faturas do contrato vigente.

PLANO DE SAÚDE - UTFPR

Comparativo de Custos Nacional x Estadual

* Valores da fatura UNIMED — previsão com Tabela Nova

ESTADO	TOTAL VALOR	EVENTOS	CUSTO / CAPITA	NACIONAL	ESTADUAL
PR	R\$ 45,3 M	488.389	R\$ 849,80	R\$ 45,3 M	—
SC	R\$ 3,1 M	41.362	R\$ 893,10	R\$ 3,1 M	R\$ 3,0 M
PB	R\$ 1,6 M	1.454	R\$ 1.753,48	R\$ 1,6 M	R\$ 767,4 K
SP	R\$ 1,3 M	15.892	R\$ 1.029,78	R\$ 1,3 M	R\$ 1,1 M
RS	R\$ 202,8 K	9.578	R\$ 206,05	R\$ 202,8 K	R\$ 836,2 K
RJ	R\$ 140,3 K	1.331	R\$ 935,02	R\$ 140,3 K	R\$ 127,5 K
MA	R\$ 79,9 K	498	R\$ 8.883,02	R\$ 79,9 K	R\$ 7,6 K
MG	R\$ 73,4 K	1.120	R\$ 330,82	R\$ 73,4 K	R\$ 188,7 K
GO	R\$ 41,8 K	811	R\$ 112,07	R\$ 41,8 K	R\$ 317,0 K
RO	R\$ 17,8 K	173	R\$ 264,95	R\$ 17,8 K	R\$ 56,9 K
ES	R\$ 10,1 K	185	R\$ 437,81	R\$ 10,1 K	R\$ 19,5 K
PE	R\$ 9,6 K	213	R\$ 455,83	R\$ 9,6 K	R\$ 17,8 K
AL	R\$ 9,4 K	169	R\$ 426,97	R\$ 9,4 K	R\$ 18,7 K
SE	R\$ 7,2 K	58	R\$ 276,26	R\$ 7,2 K	R\$ 22,1 K
MT	R\$ 6,3 K	193	R\$ 232,27	R\$ 6,3 K	R\$ 22,9 K
RN	R\$ 5,2 K	37	R\$ 173,73	R\$ 5,2 K	R\$ 25,5 K
MS	R\$ 3,5 K	137	R\$ 316,93	R\$ 3,5 K	R\$ 9,3 K
CE	R\$ 2,9 K	28	R\$ 224,48	R\$ 2,9 K	R\$ 11,0 K
BA	R\$ 2,9 K	36	R\$ 138,12	R\$ 2,9 K	R\$ 17,8 K
PA	R\$ 2,5 K	47	R\$ 412,45	R\$ 2,5 K	R\$ 5,1 K
TO	R\$ 671,75	6	R\$ 671,75	R\$ 671,75	R\$ 849,80
DF	R\$ 544,94	41	R\$ 108,99	R\$ 544,94	R\$ 4,2 K
AM	R\$ 520,00	2	R\$ 520,00	R\$ 520,00	R\$ 849,80
TOTAL GERAL				R\$ 6.691.500,87	R\$ 6.579.993,25

Economia com alteração para Estadual

▼ R\$ 111.507,62

Quadro 1 - Fonte: Dados de Faturamento do Plano de Saúde

Composição dos dados:

- Total Valor: Soma de todos os valores cobrados pelos prestadores de cada estado, considerando o período de janeiro/2024 até agosto/2025.
- Total Usuários: Quantidade total de beneficiários únicos atendidos pelos prestadores de cada estado.
- Total Custo Per Capita: Valor médio gasto por beneficiário em cada estado, calculado pela divisão do Total Valor pelo Total Usuários.

Nas colunas de comparativo dos custos nacional e estadual tem-se o custo nacional sendo o custo atual e o custo estadual uma simulação do custo caso os usuários pagassem o valor per capita do estado do Paraná (Quadro 1).

Embora o Regulamento do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores da UTFPR, Resolução COUNI/UTFPR nº 140, de 18 de outubro de 2024, não contemple a opção de abrangência Estadual, esta comissão optou por contemplá-la no presente estudo. Após análises dos dados, concluiu pela manutenção somente do plano por abrangência Nacional, tendo em vista que a economia de aproximadamente 1,67% gerada na opção Estadual não é relevante para o plano de saúde. Além disso, poderia deixar de atender beneficiários, principalmente aposentados e pensionistas, que atualmente não residem no estado do Paraná. Adicionalmente, poderíamos incorrer em processos judiciais.

A opção "obstetrícia" foi mantida, considerando que o beneficiário que utilizar consultas e/ou realizar exames relacionados a essa especialidade arcará com as coparticipações correspondentes. É importante ressaltar que a inclusão da obstetrícia deve ser uma escolha única do titular/família, e não uma decisão individual para cada dependente. Adicionalmente, em pesquisa ao mercado, foi constatado que a maioria das operadoras de plano de saúde não oferecem planos sem a cobertura de obstetrícia. A justificativa apresentada é que a diferença de custo entre as opções com e sem essa cobertura é considerada irrelevante para a estrutura de preços.

Considerando a conversa realizada com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, identificou-se a necessidade de incluir, no plano de saúde da UTFPR, as modalidades de acomodação semi-privativa e privativa, facultando ao beneficiário a escolha como modalidade familiar. Embora tal inclusão dependa de ajustes no regulamento vigente, a comissão deliberou pela manutenção dessas alternativas no estudo, por entender que eventuais alterações futuras não demandarão nova licitação.

Um importante fator a ser considerado na contratação (reajuste) é relativo à evolução dos custos na área da saúde. Existem índices para mensurar a variação dos preços dos planos de saúde e dos serviços de saúde, o primeiro voltado para as mensalidades dos planos da modalidade de pré-pagamento e este último voltado para o custos hospitalares, médicos, de materiais e medicamentos, sendo o que é referencial para contratações por custo operacional. De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar: *"as cláusulas de reajuste dos planos coletivos com 30 ou mais beneficiários são estipuladas por livre negociação entre a pessoa jurídica contratante e a operadora ou administradora de benefícios contratada. A justificativa do percentual proposto deve ser fundamentada pela operadora e seus cálculos disponibilizados para conferência pela pessoa jurídica contratante. Dessa forma, a participação do contratante é fundamental no ato da negociação do reajuste, pois ele pode solicitar e ter acesso a informações sobre receitas e despesas de seus beneficiários, conseguindo melhores condições de negociar os valores."*

Conforme descrito na matéria realizada pelo Jornal O Globo, em 24 de junho de 2025, *"a ANS considera no cálculo do índice do setor a variação de custos médico-hospitalares nos últimos 12 meses e também o IPCA, porém descontando da inflação o subitem plano de saúde. O índice definido pela ANS se aplica apenas aos planos individuais, que têm 8,63 milhões de usuários no país, ou 16,5% do total de brasileiros cobertos pela saúde privada. Apesar disso, o reajuste desses contratos é um balizador para o aumento dos planos coletivos - tanto empresariais quanto por adesão (vinculados a uma entidade de classe ou administradora de benefícios) -, que não têm a correção de preço regulada pela ANS. Nestes casos, os contratos são negociados entre operadoras e administradoras ou empresas contratantes, e os índices muitas vezes ficam na casa dos dois dígitos. Em 2024, a média de reajuste dos contratos coletivos foi de 13,80%, mas há registros de correções ainda mais altas. Analistas calculam que os contratos empresariais e por adesão devem ter em 2025 reajustes de dois dígitos pelo quarto ano consecutivo, mas num patamar abaixo do registrado no ano passado. Análise do BTG Pactual com base nos dados mais recentes da ANS mostra que, entre dezembro e fevereiro, o aumento médio foi de 12,8%, o que sinaliza reajustes mais amenos este ano"*.

Mercado Regional (Paraná)

Considerando apenas as empresas atuantes no Estado do Paraná, temos como principais: Unimed Paraná (e suas cooperativas regionais como a Unimed Curitiba), Paraná Clínicas, Nossa Saúde, Amil, Bradesco Seguros, SulAmérica, NotreDame Intermédica (GNDI Sul), Hapvida Clinipam, MedSul Saúde, AllCross Corretora, Insura Corretora, Qualicorp, Fundação Assefaz, GEAP Saúde.

Os planos anunciados e comercialmente disponibilizados por estas empresas são, na sua totalidade, da categoria de pré-pagamento. Assim, a categoria de pós-pagamento dos custos operacionais com remuneração por meio de taxa de administração não é comercialmente oferecida, podendo ser objeto de eventual interesse comercial específico que venha a ser exercido em processo licitatório ou contratação empresarial direta, carecendo de prospecção específica.

A rede credenciada deve contemplar, no mínimo, os estabelecimentos e quantitativos por especialidade, a ser especificado no Termo de Referência.

A empresa vencedora do pregão deverá apresentar relação nominal ou manual atualizado com nome, CNPJ, endereço e telefone de todos os hospitais, clínicas de pronto atendimento, pronto socorro, maternidades e laboratórios credenciados para atendimento a todos os usuários do plano de saúde nos municípios de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo, assim como nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Umuarama, no momento da habilitação, com demonstração dos valores tabelados/praticados para cada situação (diárias por acomodação / taxa de sala cirúrgica / UTI).

Características internas da UTFPR que influenciam nos preços

Outras informações que impactam a formação de preço dos planos de saúde são a composição das faixas etárias, gênero e a localidade da prestação dos serviços, especialmente na modalidade de pré-pagamento. Na medida que o grupo de beneficiários envelhece, o volume e a complexidade dos materiais e procedimentos também aumentam, levando ao aumento dos custos. Uma vez que o plano da UTFPR acolhe também aposentados e pensionistas, mesmo com a renovação do quadro ativo, o quadro de aposentados tende a crescer na medida que a faixa etária dos ingressantes também evolui, levando a uma tendência de aumento da quantidade e custos dos serviços de saúde.

Gênero	< 19	19-23	24-28	29-33	34-38	39-43	44-48	49-53	54-59	> 59	TOTAL
Feminino	497	108	28	39	201	325	318	249	318	945	3028
Masculino	521	123	28	39	135	305	280	222	269	874	2796
Não Ident.	18	1	2	1	11	8	4	2	3	3	53
TOTAL	1036	232	58	79	347	638	602	473	590	1822	5877

Quadro 2 - Fonte: Sistemas Corporativos

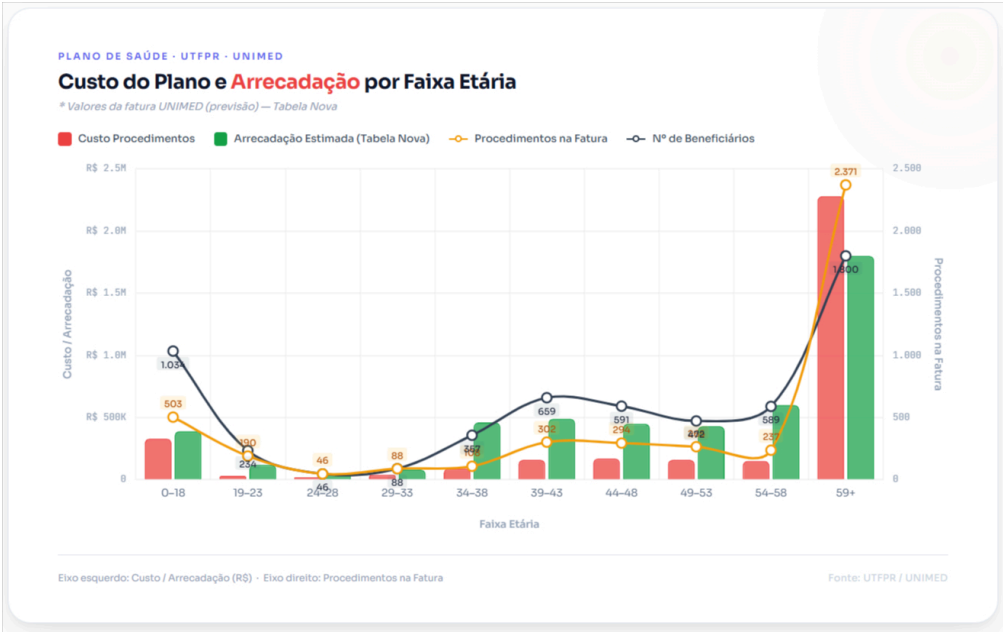


Figura 1 - Custo do plano de saúde da UTFPR e arrecadação por faixa etária - período setembro/2025

Para operacionalizar o plano da UTFPR é necessária a manutenção de um fundo de reserva, ou seja, um fluxo de caixa, que tem por objetivo cobrir as faturas que eventualmente extrapolem o valor arrecadado, bem como outras ocorrências, garantindo a estabilidade do plano sem que haja necessidade de

chamada de capital. Esse fundo de reserva, que garantia a estabilidade do plano diminuiu consideravelmente nos últimos anos (Figura 2), evidenciando que a arrecadação com as mensalidades não vinha sendo suficiente para saldar as despesas, apesar das atualizações nos valores das contribuições.



Figura 2 - Saldo do fundo de reserva do plano de saúde da UTFPR durante os últimos anos.

Nos últimos anos houve uma grande evasão de beneficiários, evidenciado no quadro abaixo, e paralelamente a isso ocorreu um aumento considerável de usuários com mais de 59 anos de idade. Estes fatos aumentaram a pressão orçamentária sobre o plano, que por três meses durante o ano de 2024, ficou deficitário, havendo a necessidade de chamadas de capital, resultando em mais desistências. Outros fatores também podem ter contribuído para o aumento da pressão orçamentária, como o fato de não haver carência instituída, baixo valor de coparticipação das consultas e a inexistência de coparticipação em exames. Sendo assim, e pensando na longevidade deste plano de saúde, em outubro de 2024 o Conselho Universitário aprovou o novo regulamento do Plano de Assistência Médico-hospitalar e Laboratorial da UTFPR, através da Resolução COUNI/UTFPR nº 140, de 18 de outubro de 2024. Foram realizadas alterações pontuais para atualizar o regulamento de forma a proporcionar uma melhor gestão administrativa e financeira deste importante benefício. A medida busca contribuir com o equilíbrio financeiro do Plano, ao mesmo tempo que estimula o uso racional do benefício.

MÊS/ANO	TITULAR	DEPENDENTE	TOTAL
DEZ/2021	3346	3771	7117
DEZ/2022	3241	3517	6758
DEZ/2023	3163	3356	6519

Quadro 3 - Fonte: Sistemas Corporativos

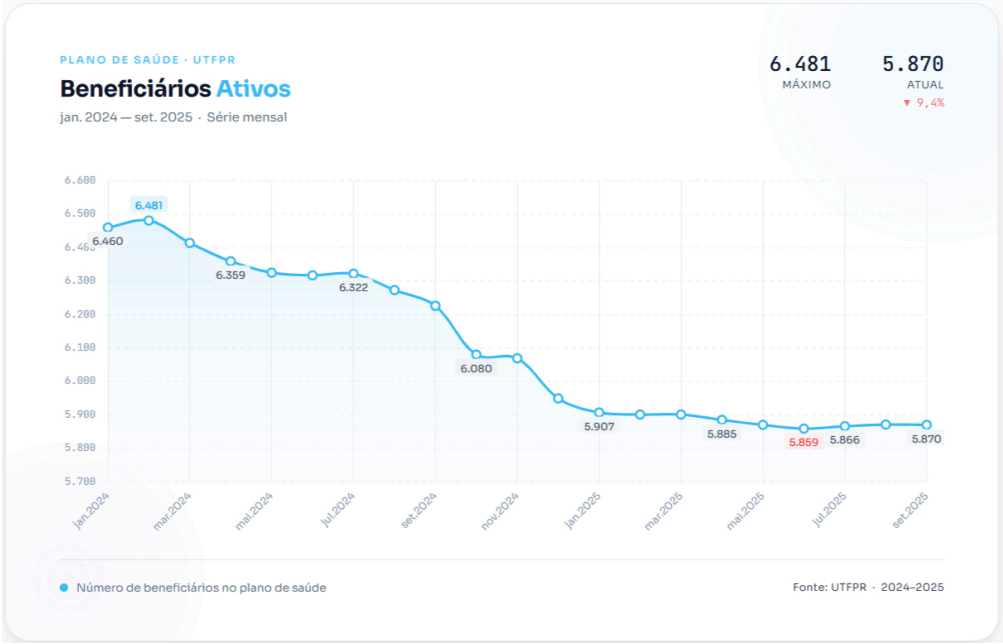


Figura 3 - Beneficiários do plano de saúde da UTFPR - período janeiro/2024 a setembro/2025

Análise comparativa entre o plano de saúde da UTFPR e opções disponíveis no mercado paranaense

Foram analisadas todas as 16 faixas salariais e todas as 10 faixas etárias do plano UTFPR, totalizando 160 combinações comparadas com planos equivalentes do mercado (apartamento + obstetrícia) e chegou-se a conclusão que o plano de saúde da UTFPR demonstra alta competitividade no mercado paranaense:

- 96,2% das combinações (154 de 160) apresentam valores abaixo da média do mercado
- 58,8% das combinações (94 de 160) o UTFPR é o plano mais barato entre todos os comparados
- Economia média de 42,8% em relação à média do mercado
- Economia varia de -83,4% a +11,2% dependendo da faixa salarial e idade

Metodologia

A análise foi conduzida de forma exaustiva, incluindo:

- 16 faixas salariais da tabela UTFPR (de "Até R\$ 3.000" a "Acima de R\$ 20.000")
- 10 faixas etárias (0-18, 19-23, 24-28, 29-33, 34-38, 39-43, 44-48, 49-53, 54-58, 59+ anos)
- Total: 160 combinações de faixa salarial + faixa etária

Planos Comparados

Foram selecionados apenas planos com características equivalentes ao da UTFPR:

Plano	Operadora	Tipo	Acomodação	Obstetrícia	Abrangência
UTFPR	Unimed Curitiba	Empresarial	Apartamento	Sim	Nacional
Assefaz Diamante	Fundação Assefaz	Coletivo por adesão	Apartamento	Sim	Nacional
GEAP Referência	GEAP	Coletivo por adesão	Apartamento	Sim	Nacional
GEAP Essencial	GEAP	Coletivo por adesão	Apartamento	Sim	Nacional

Unimed Pleno Individual	Unimed Curitiba	Individual	Apartamento	Sim	Regional/Nacional
Unimed Pleno Empresarial	Unimed Curitiba	Empresarial	Apartamento	Sim	Regional/Nacional

Quadro 4 - Fonte: Pesquisa de mercado

Critérios de Comparação

Para cada uma das 160 combinações, foram calculados:

- Valor mensal do plano UTFPR (valor bruto, sem subsídio)
- Média, mínimo e máximo dos valores de mercado
- Posição relativa do UTFPR entre os planos comparados
- Diferença absoluta e percentual em relação à média do mercado
- Status de competitividade (abaixo ou acima da média)

Resultados Gerais

O plano UTFPR apresenta alta competitividade em praticamente todos os cenários analisados. Apenas 6 combinações (3,8% do total) apresentam valores acima da média do mercado, todas concentradas em:

- Faixas salariais mais altas (R\$ 18.001 a acima de R\$ 20.000)
- Faixas etárias mais jovens (0-18 e 24-28 anos)

Mesmo nestes casos, a diferença é pequena (máximo de 11,2% acima da média), enquanto nos casos favoráveis a economia pode chegar a 83,4%.

Métrica	Valor
Total de combinações analisadas	160
Combinações abaixo da média do mercado	154 (96,2%)
Combinações acima da média do mercado	6 (3,8%)
Combinações onde UTFPR é o mais barato	94 (58,8%)
Diferença média vs mercado	R\$ -473,57 (-42,8%)
Maior economia (melhor caso)	R\$ -1.679,99 (-83,4%)
Menor economia (pior caso)	R\$ +58,81 (+11,2%)

Quadro 5 - Fonte: Pesquisa de mercado e Tabela de Contribuição ao Plano de Saúde da UTFPR

- Alta competitividade geral: O plano UTFPR é competitivo em 96,2% das 160 combinações analisadas, com economia média de 42,8% em relação ao mercado.
- Vantagem crescente com idade: A competitividade aumenta significativamente nas faixas etárias mais altas (44-59+ anos), onde o UTFPR é o mais barato em 87,5% a 100% dos casos.
- Destaque para faixa 59+: A faixa etária 59+ anos apresenta os melhores resultados, com 100% de competitividade, 100% mais barato e economia média de 67,4%.
- Benefício progressivo: Faixas salariais mais baixas (até R\$ 7.000) apresentam as maiores economias (51% a 66%), alinhado com o princípio de equidade social.
- Casos não competitivos limitados: Apenas 6 combinações (3,8%) apresentam valores acima da média, todas em faixas salariais altas (acima de R\$ 18.000) e idades jovens (0-33 anos), com diferenças pequenas (máximo 11,2%).
- Subsídio como diferencial crítico: O subsídio percapita torna o plano ainda mais vantajoso, podendo cobrir até 100% do custo para servidores de menor renda e tornando competitivas até as combinações que sem subsídio ficariam acima da média.
- Sustentabilidade no longo prazo: O índice de reajuste baseado no IPCA é mais favorável que os praticados pelo mercado, contribuindo para a sustentabilidade da competitividade.

Este resultado reflete uma política institucional bem-sucedida de valorização dos servidores e de gestão eficiente dos recursos destinados à assistência à saúde. O plano de saúde gerido pela UTFPR não apenas oferece cobertura de qualidade, mas o faz a custos significativamente inferiores ao mercado, representando um benefício de alto valor agregado para os servidores da universidade.

Editais de licitação de plano de saúde por custo operacional

Visando buscar planos de saúde já praticados em instituições públicas que se assemelhem ao atualmente adotado pela UTFPR, ou seja, por custo operacional, realizou-se busca na internet visando obter editais de licitação ou contratos que contemplassem tal objeto. Como resultado, obteve-se alguns editais de prefeituras, porém com número de usuários bem distintos dos nosso e, ao mesmo tempo, pertencentes à esfera municipal, motivo pelo qual não fizeram parte de aprofundamento de análise. Em termos federais, encontrou-se licitação realizada em 2022 e contrato vigente até a data atual do Tribunal Regional Federal, 4ª Região – TRF4.

Para um melhor entendimento da forma de funcionamento desse contrato foi proposto pela UTFPR uma reunião online com o TRF4, a qual foi aceita e realizada no dia 16/10/2025, às 15h. Nessa reunião estavam presentes membros da Comissão de Planejamento da Licitação da UTFPR e membros do tribunal, como o responsável pelo setor de saúde, gestor do contrato, responsável pela conferência e ateste das faturas, tanto do próprio TRF4 como da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Dentre os aspectos abordados, vários deles de cunho operacional, observou-se que o contrato do plano de saúde do TRF4 mantém-se em funcionamento, há vários anos, na forma de custo operacional, mostrando-se adequado, principalmente pela forma de custeio e participação nos custos por parte do tribunal. Outro aspecto observado é que o contrato prevê a opção de internamento em acomodação semi-privativa e privativa, cabendo ao beneficiário a opção pela modalidade de forma familiar. Em termos operacionais, alguns aspectos foram incorporados no presente estudo técnico preliminar.

Conclusão

Dos pontos observados quanto ao mercado dos planos de saúde, verifica-se que a autogestão não é viável para a UTFPR, visto que se caracteriza pela prestação direta da assistência à saúde pelo próprio empregador, requerendo estrutura própria suficiente e capaz de prestar os serviços de saúde, tal como um quadro de médicos contratados ou associados, hospitais, rede de atendimento, fornecedores e laboratórios, bem como uma equipe de gestão, faturamento e cobrança próprias e assunção dos riscos inerentes a esta atividade. A UTFPR não possui cursos na área de saúde o que reflete na falta de estrutura na área, tal como profissionais e equipamentos, entre eles, hospital. Ademais, a distribuição geográfica em 13 câmpus, dificultaria a oferta de assistência à saúde na forma de autogestão.

Restaram, para efeitos de análise, os planos disponíveis na modalidade de pré e de pós-pagamento, neste último enquadrada a contratação por custo operacional como é a contratação vigente da UTFPR, em que todos os serviços realizados pelos beneficiários do plano de saúde, por meio da contratada, são cobrados da contratante, segundo preços estabelecidos em contrato. Como pontos positivos da contratação por custo operacional podemos destacar: pagamento apenas do que é efetivamente consumido; maior transparência nos custos; possibilidade de economia em períodos de baixa utilização; controle direto sobre os gastos médicos.

Favorável à modalidade de contratação por custo operacional com base no levantamento do mercado estão os índices de inflação dos serviços de saúde que são menores do que os índices aplicáveis a pré-pagamento. Este fator é levado em consideração para fins de estimativa do valor da contratação apresentado no item 7 deste ETP.

Dadas as conclusões, a comissão definiu a contratação com as seguintes características: acesso completo a serviços de saúde, com internação em apartamento e enfermaria, incluindo obstetrícia e procedimentos de alta complexidade, vinculados ao rol da ANS, com abrangência nacional e com ampla rede de atendimento que atue nos 13 municípios onde a UTFPR possui sede, assim como nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Umuarama, com faturamento por custo operacional e a empresa contratada sendo remunerada por meio de uma taxa de administração.

CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO	
Beneficiários	Servidores da UTFPR ativos, aposentados, respectivos dependentes, bem como pensionistas, assim definidos em regulamento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).
Acomodação	Semi-privativa e/ou privativa.
Abrangência	Nacional.
Procedimentos	Acesso completo a serviços de saúde, incluindo obstetrícia e procedimentos de alta complexidade, vinculados ao rol da ANS.
Rede de atendimento	Ampla rede de atendimento nos 13 municípios onde a UTFPR possui sede, assim como nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá e Umuarama.
Modalidade de contratação	Faturamento por custo operacional, sendo a empresa contratada remunerada por meio de uma taxa de administração.

Quadro 6 - Fonte: Composição Própria

6. Descrição da solução como um todo

A solução do problema como um todo restringe-se à contratação de empresa especializada no ramo de plano privado de assistência à saúde conforme os requisitos aqui especificados, não havendo necessidade de outras contratações vinculadas. A parte complementar, que é a gestão interna dos beneficiários, fica à cargo da própria UTFPR, nos termos do art. 21 da Instrução Normativa GABIN/MGI nº 496, de 21 de novembro de 2025.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para fins de cálculo neste ETP, adotou-se a quantidade do mês de dezembro/2025, que ficou em 5.877 (cinco mil e oitocentos e setenta e sete) usuários, dos quais 2920 (dois mil e novecentos e vinte) são titulares e 2957 (dois mil e novecentos e cinquenta e sete) dependentes, assim distribuídos:

Unidade (Cidade)	Servidores	Dependentes	TOTAL
Curitiba/Reitoria	1258	1179	2437
Cornélio Procópio	226	224	450

Campo Mourão	170	224	394
Medianeira	153	145	298
Pato Branco	202	168	370
Ponta Grossa	225	236	461
Dois Vizinhos	125	143	268
Londrina	150	174	324
Toledo	101	118	219
Apucarana	133	162	295
Francisco Beltrão	81	92	173
Guarapuava	69	78	147
Santa Helena	27	14	41
TOTAL	2920	2957	5877

Quadro 7 - Fonte: Sistemas Corporativos

Estes valores variam em razão dos ingressos e exclusões de beneficiários que ocorrem em função de diversos fatores: inclusão de novos servidores, exclusão por inadimplência e exclusão a pedido por parte do beneficiário titular (parcial ou integral). Este último motivo é sensível à situação financeira específica do titular ou família, por questões econômicas, variação do valor da mensalidade do plano, planos concorrentes, entre outros.

Por sua vez, o valor da mensalidade é definido pelo uso de materiais, procedimentos e serviços de saúde dos próprios beneficiários, uma vez que o plano é baseado no custo operacional, ou seja, a operadora repassa para a UTFPR todos os custos gerados pelos usuários, pelos quais recebe uma taxa fixa de administração por beneficiário gerenciado.

Assim, um dos requisitos é que a quantidade contratada não seja fixa, mas variável em função da demanda, uma vez que a participação dos beneficiários é voluntária, podendo aderir ou desligar a qualquer momento, dentro das normas regulamentares da UTFPR.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 241.680,08

Taxa de administração:

Para estabelecer a análise, tomou-se por referência e comparação a análise de editais vigentes e semelhantes à contratação da UTFPR (custo operacional).

- Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2021 celebrado entre a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e a empresa Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos.

Taxa de manutenção mensal de R\$ 41,86 (quarenta e um reais e oitenta e seis centavos)

Prorrogação da vigência do contrato - 12 (doze) meses a partir de 10/06/2025

- Termo Aditivo Primeiro ao Contrato n.º 32/2022, de prestação de serviços de assistência médica, ambulatorial, UTI, laboratorial, hospitalar com obstetrícia e exames complementares na modalidade de pagamento por serviços prestados, para os beneficiários do Programa de Assistência à Saúde da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região, firmado entre o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a empresa Unimed Porto Alegre Cooperativa Médica Ltda.

Taxa de manutenção mensal de R\$ 85,76 (oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos)

Prorrogação da vigência do contrato - 12 (doze) meses a partir de 01/01/2025

- Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 082/23, de prestação de serviços de assistência médica - plano de saúde, firmado entre a Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná e a empresa Unimed do Estado do Paraná - Federação Estadual das Cooperativas Médicas.

Taxa de manutenção mensal de R\$ 60,82 (sessenta reais e oitenta e dois centavos)

Vigência do contrato - 60 (sessenta) meses a partir de 16/02/2024

- Contrato n.º 47/2023, de empresa especializada, operadora de plano de saúde, para prestação continuada de serviços médicos, com abrangência em todo o território nacional, na modalidade pós-pagamento (pagamento por serviços prestados), firmado entre a Justiça Federal de Santa Catarina e a empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Taxa de manutenção mensal de R\$ 60,21 (sessenta reais e vinte e um centavos)

Vigência do contrato - 60 (sessenta) meses a partir de 01/11/2023

Neste momento, não será definido o valor da taxa de administração que será licitada, tendo em vista a necessidade de realização de pesquisa de preço para fins de composição da tabela de valores, de forma que o Termo de Referência traga a informação.

Valor das faturas (procedimentos e taxa de administração) da UTFPR para o período de janeiro a dezembro/2025:

MÊS	VALOR PROCEDIMENTOS	VALOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR TOTAL FATURA
JANEIRO	R\$ 3.252.469,12	R\$ 234.237,27	R\$ 3.486.706,39
FEVEREIRO	R\$ 3.370.602,26	R\$ 234.136,36	R\$ 3.604.738,62
MARÇO	R\$ 3.450.321,42	R\$ 233.476,96	R\$ 3.683.798,38
ABRIL	R\$ 3.726.141,99	R\$ 233.026,87	R\$ 3.959.168,86
MAIO	R\$ 3.528.399,24	R\$ 232.547,74	R\$ 3.760.946,98
JUNHO	R\$ 3.447.207,84	R\$ 258.256,06	R\$ 3.705.463,90
JULHO	R\$ 3.875.683,99	R\$ 245.603,58	R\$ 4.121.287,57
AGOSTO	R\$ 3.414.940,65	R\$ 245.671,23	R\$ 3.660.611,88
SETEMBRO	R\$ 4.018.796,58	R\$ 245.666,53	R\$ 4.264.463,11
OUTUBRO	R\$ 4.337.037,07	R\$ 245.861,02	R\$ 4.582.898,09
NOVEMBRO	R\$ 3.397.417,43	R\$ 245.869,94	R\$ 3.643.278,37
DEZEMBRO	R\$ 3.537.810,67	R\$ 245.807,35	R\$ 3.783.618,02

TOTAL	R\$ 11.272.265,17	R\$ 2.900.160,91	R\$ 12.009.794,48
MÉDIA	R\$ 3.757.421,72	R\$ 241.680,08	R\$ 4.003.264,83

Quadro 8 - Fonte: Dados de Faturamento do Plano de Saúde

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O serviço contratado, operação de plano de saúde empresarial, é indivisível. Não há, portanto, multiplicidade de itens que exija a ponderação a respeito de múltiplas contratações ao invés de uma única. Portanto, esse item não se aplica à presente contratação.

Assim, uma vez que o objeto não permite sua divisão em parcelas técnica e economicamente viáveis, respeitadas a sua integralidade e interdependência técnica-operacional, não há possibilidade de parcelamento do objeto sem prejuízos da continuidade, adequabilidade, compatibilidade e funcionalidade do objeto.

Considerem-se, ainda, os benefícios do gerenciamento centralizado, vantagem para a Administração com a economicidade e o ganho em economia de escala, conforme entendimento da súmula 247 do Tribunal de Contas da União. Tem-se ainda que, o objeto ora requerido tem caráter técnico, com restrição de prestadores no mercado que dispõe de capacidade e conhecimento para executá-lo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica a existência de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do presente objeto está prevista no PCA 2026.

ID PCA no PNCP: 75101873000190-0-000003/2026 - REITORIA

Data da publicação no PNCP: 15/04/2025

ID do item no PCA: 185

Classe/Grupo: 931 - SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA

Identificador da Futura aquisição: 153019-59/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação permitirá a continuidade do fornecimento do serviço de assistência à saúde dos servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, na forma menos custosa para estes e para a Administração, uma vez que os valores das mensalidades, nesta forma de contratação, ficam abaixo dos praticados na modalidade de pré-pagamento para a maior parte dos beneficiários, especialmente aqueles que se encontram em maior faixa etária.

A assistência à saúde é um dos pilares dos benefícios assistenciais oferecidos aos servidores do quadro de pessoal da UTFPR, cuja finalidade maior é garantir condições de saúde satisfatórias e dignas.

Um dos benefícios indiretos em termos de recursos humanos, é que ao proporcionar maior segurança e agilidade nas questões de saúde, a instituição tem o retorno de contar com seus servidores mais satisfeitos e motivados do que se estivessem sujeitos a sistemas frágeis de serviço de amparo à saúde. Além disso, a adoção de planos de saúde privados propicia indiretamente maior economicidade para a Instituição, como por exemplo a rapidez no agendamento de consultas e exames, menor tempo de ausência do servidor do seu posto de trabalho por permanência em filas de atendimento, redução do número de licenças para tratamento de saúde, entre outros benefícios.

13. Providências a serem Adotadas

Para a presente contratação, as únicas adequações serão:

- disponibilizar espaço físico para instalação de posto de atendimento da empresa contratada e a infraestrutura para a execução das atividades (espaço já definido e reservado).
- capacitar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Por se tratar de serviço a ser prestado fora das instalações da contratada, em locais que já possuem requisitos próprios de gestão ambiental (hospitais, clínicas, etc), não há impacto ambiental nas instalações da contratante.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação por custo operacional foi analisada e considerada viável uma vez que possibilita uma oferta de serviços com menor custo do que a modalidade de pré-pagamento, pois não pressupõe cálculos atuariais. Além disso, serão pagos à contratada somente os serviços efetivamente prestados aos beneficiários do plano de saúde.

Destaca-se que o plano de saúde é ofertado para os servidores em caráter facultativo, de livre adesão ou desligamento, com liberalidade do interessado contratar inclusive outros planos regulamentados pela ANS e que estejam em acordo com a Instrução Normativa GABIN/MGI nº 496, de 21 de novembro de 2025. Contratando um plano nestas condições, o servidor e seus dependentes fazem jus ao ressarcimento relativo à assistência à saúde complementar que varia entre R\$ 106,64 e R\$ 411,26 (Portaria MGI nº 2.829, de 29 de Abril de 2024, retificada), dependendo da remuneração e faixa etária. Assim, os servidores podem escolher um plano que o atenda adequadamente na sua localidade e de acordo com suas necessidades e disponibilidades financeiras.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

ELZIMAR DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

CINTHIA MARIE OTA FRALETTI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

CRISTHINE NICOLOTE DA COSTA MAIESKI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

EDNA MARTA PELOSI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

JOSE DOLORES VERGARA DIETRICH

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

ANGELA LUIZA LAGO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

JAMES CARLO THEODOROVICZ

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1224, de 13 de junho de 2025

SANDRONEY FOCESATTO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1493, de 17 de julho de 2025

RICARDO PONESTKE SEARA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1493, de 17 de julho de 2025

ALESSANDRO JAQUIEL WACLAWOVSKY

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria de Pessoal GABIR/UTFPR nº 1493, de 17 de julho de 2025

ARIEL ORLEI MICHALOSKI

Membro da comissão de contratação



*** MODELO DE DOCUMENTO**

MINUTA DE CONTRATO

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

(Processo Administrativo nº 23064.017888/2026-18)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ E

União, por intermédio da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, autarquia federal de direito público vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 3165, Rebouças, na cidade de Curitiba/PR - CEP 80.230-901, inscrita no CNPJ sob o nº 75.101.873/0001-90, neste ato representada pelo seu Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Sr. Tiago Mello, nomeado pela Portaria nº 1469, de 25 de setembro de 2024, publicada no DOU de 27 de setembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1638994, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23064.017888/2026-18 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Contratação de operadora de plano privado de saúde, regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com abrangência nacional, na modalidade de custo operacional, para atendimento aos servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), conforme definido em regulamento, estimados em 5.877 (cinco mil, oitocentos e setenta e sete) beneficiários, suas inclusões e exclusões, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
1	1	Plano Privado de Assistência à Saúde (somente o Custo Operacional)		Mês	12	R\$ 3.792.055,43	R\$ 45.504.665,16 (anual)
	2	Taxa de administração		Beneficiário	5.877	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxxxxx
	VALOR MÁXIMO DO LOTE						R\$ xxxxxxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxxx** (por extenso).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e normas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação

para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I) Gestão/unidade: 15246/153019;
- II) Fonte de recursos: 10000000000;
- III) PTRES: 229597;
- IV) Natureza de Despesa: 339039.25 - Taxa de Administração;
- V) Programa: 5113; e
- VI) Nota de empenho: xxxxxxxx;
- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

- 18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do
CONTRATANTE

Representante legal do
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA BARROS, PREGOEIRO(A)**, em (at) 22/04/2026, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5656185** e o código CRC (and the CRC code) **38FDB8B0**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

Referência: Processo nº 23064.017888/2026-18

SEI nº 5656185



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
REITORIA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
DEP. DE MATERIAIS E IMPORTAÇÃO
Av. Sete de Setembro, 3165 - CEP 80230-901 - Curitiba - PR - Brasil
Telefone: (41) 3310-4545 - www.utfpr.edu.br



ANEXO III
PROPOSTA DE PREÇOS - MODELO

Proposta que faz a empresa....., inscrita no CNPJ nº, estabelecida no(a) para o fornecimento de plano privado de assistência à saúde regulamentado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) com abrangência nacional, na modalidade de custo operacional, para atendimento aos beneficiários da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) ativos, aposentados, e respectivos dependentes e pensionistas conforme estabelecido no edital de Pregão Eletrônico nº 90.003/2026.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	Plano Privado de Assistência à Saúde (somente o Custo Operacional)	Mês	12	R\$ 3.792.055,43	R\$ 45.504.665,16 (anual)
	02	Taxa de Administração	Beneficiário	5.877	R\$,...	R\$..... (mensal)

Observação Obrigatória: Conforme itens 1.2 e 1.3 do Edital, os valores referentes ao Item 01 são fixos e invariáveis, tendo sido adotado obrigatoriamente o preço médio estimado pela Administração, sem aplicação de lances ou descontos.

- Validade da Proposta: (... por extenso ...) dias (mínimo 60 dias);
- Prazo de Execução/Entrega: Conforme estabelecido no Termo de Referência;
- Declaração: Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e quaisquer outros ônus necessários à execução do objeto;
- Conformidade: Declaramos pleno conhecimento e aceitação de todas as normas estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como a observância das especificações técnicas do Termo de Referência.

Declaro estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

(Sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante) (Nº Cédula de Identidade)



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA BARROS, PREGOEIRO(A)**, em (at) 22/04/2026, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5657897** e o código CRC (and the CRC code) **83B6232C**.